

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ELAINE DIAMANTINO OLIVEIRA

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NO CENÁRIO DAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

BELO HORIZONTE

2011

ELAINE DIAMANTINO OLIVEIRA

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NO CENÁRIO DAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –
apresentado ao Programa de
Especialização do Núcleo de Informação
Tecnológica e Gerencial – NITEG, no curso
Arquitetura e Organização da Informação da
Escola de Ciência da Informação, da
Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito para a obtenção do título de
Especialista em Arquitetura e Organização
da Informação.

Orientadora: Marta Macedo Kerr Pinheiro

BELO HORIZONTE

2011

DICATÓRIA

Aos meus pais, que me ensinaram a crescer
através do aprendizado!

AGRADECIMENTOS

À Escola de Ciência da Informação, em especial ao Niteg;

À minha orientadora Marta Kerr pelas orientações, disponibilidade e motivação;

À minha família, mãe, pai e minha irmã Célia, obrigada pelo apoio, compreensão e carinho;

Ao meu sobrinho-afilhado Arthur, pelos momentos de alegria;

Ao meu namorado Anderson, que tanto me incentiva na busca dos meus objetivos;

As minhas amigas e vizinhas de quarto, Fernanda e Rosana, pelos cafés, longas conversas e boas risadas;

Aos colegas do curso pela troca de conhecimentos;

À minha equipe de trabalho (Biblioteca da ECI) e também parceiros de pesquisa.

Obrigada Senhor, por traçar meu caminho ao lado dessas pessoas!

A democratização das nossas sociedades se constrói a partir da democratização das informações, do conhecimento, das mídias, da formulação e debate dos caminhos e dos processos de mudança ~ Betinho

RESUMO

Este estudo analisa o panorama atual das bibliotecas universitárias das instituições federais de ensino superior na tentativa de compreender como o Estado tem subsidiado ações para o desenvolvimento de políticas de informação para este setor. O estudo justifica-se pela necessidade de discutir como as bibliotecas universitárias, enquanto repositórios de informações e componentes do sistema de Ciência e Tecnologia estão inseridas nas pautas governamentais. A análise foi realizada através do levantamento bibliográfico nas principais fontes de pesquisa em Ciência da Informação. O recorte temporal foi o ano 2000, época em que os discursos sobre a Sociedade da Informação ganharam destaque no Brasil. A fundamentação teórico-conceitual apresenta, em um contexto mais amplo, a Sociedade da Informação identificando as características principais que modelaram a atual organização social e que alteram significativamente, o papel que a informação passa a assumir em todas as esferas sociais. Descreve o panorama histórico da ICT brasileira e as ações que consolidaram a base institucional da Ciência e Tecnologia no país. Recorre às principais definições de “Políticas de informação” para analisar seu objetivo principal: promover uma estrutura legal e institucional para a troca de informações. Para compreender os elementos/processos envolvidos na discussão, utiliza-se o conceito de “Regime de Informação”. Este permite a visualização do fluxo informacional nas bibliotecas universitárias, ou seja, as condições de acesso, uso e produção da informação. As bibliotecas universitárias são caracterizadas no ambiente acadêmico para identificar sua função, seu perfil e suas necessidades diante da sociedade contemporânea. Analisa-se o seu desenvolvimento histórico enfatizando o contexto de formação e desativação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. Conclui-se que o atual quadro das políticas de informação voltadas para as bibliotecas universitárias é um reflexo de ações isoladas, surgidas através de projetos e programas governamentais apoiadas por profissionais da área.

Palavras-chave: Sociedade da Informação. Política de Informação Científica e Tecnológica. Políticas Nacionais de Informação. Bibliotecas Universitárias. Regime de Informação.

ABSTRACT

This study analyzes the current situation of university libraries of the federal institutions of higher education in an attempt to understand how the State has subsidized actions for the development of information policies for this sector. The study is justified by the need to discuss how university libraries, as repositories of information and system components of Science and Technology, are included in the government guidelines. The analysis was performed using the major bibliographic sources for research in Information Science. The time frame was the year 2000, a period in which the discussions about the Information Society gained prominence in Brazil. The theoretical and conceptual features present, in a broader context, the Information Society and identify the main characteristics that have shaped the current social organization and which significantly change the role that information starts to take in all social spheres. The study also describes the historical background of the Brazilian Institute of Science and Technology (ICT) and the actions that have consolidated the institutional basis of science and technology in the country. It uses the main definitions of "information policies" to analyze their main goal: to promote a legal and institutional framework for the exchange of information. To understand the elements / processes involved in the discussion, we use the concept of "Information Regime". This allows the visualization of information flow in university libraries, i.e. the conditions of access, use and production of information. University libraries are characterized in the academic environment to identify their function, their profile and their needs in the face of the contemporary society. It analyzes the historical development, emphasizing the context of education and deactivation of the National University Libraries Program. The conclusion is that the current scenario of information policies aimed at university libraries is a reflection of isolated actions, arising from governmental projects and programs supported by professionals of the area.

Key-words: Information Society. Scientific and Technological Information Policy. National Information Policies. University Libraries. Information Regime.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Tendências de pesquisa em políticas de informação	37
QUADRO 1 – Linhas de Ação do Programa Sociedade da Informação.....	23
QUADRO 2 – Atores e variáveis de influência das políticas de informação.....	38
QUADRO 3 – Síntese dos acontecimentos que influenciaram as ações da ICT.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPCI	–	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BU's	–	Bibliotecas Universitárias
CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CBBU	–	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CBPF	–	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
C&T	–	Ciência e Tecnologia
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAES	–	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
FAPESP	–	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEBAB	–	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FINEP	–	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	–	Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBBD	–	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	–	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	–	Informação em Ciência e Tecnologia
IES	–	Instituições de Ensino Superior
IFLA	–	International Federation of Libraries Associations and Institutions
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MCT	–	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	–	Ministério da Educação

PADCT	–	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PAP	–	Programa de Ação Planificada de Periódicos
PAAP	–	Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
PBDCT	–	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PCT	–	Política Científica e Tecnológica
PET	–	Programa de Pesquisas, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos
P&D	–	Pesquisa e Desenvolvimento
PNBU	–	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias
PND	–	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPG	–	Programa Nacional de Pós-graduação
PROBIB	–	Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior
PTE	–	Paradigma Técnico-Econômico
RI	–	Regime de Informação
SCIELO	–	Scientific Electronic Library Online
SESU	–	Secretaria de Ensino Superior
SNBU	–	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SNDCT	–	Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SOCINFO	–	Programa Sociedade da Informação
TIC	–	Tecnologia de Informação e Comunicação
UFMG	–	Universidade Federal de Minas Gerais
WSIS	–	Conferência Mundial sobre a Sociedade da Informação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA	15
1.1.1	Objetivo geral.....	16
1.1.2	Objetivos específicos	16
1.2	JUSTIFICATIVA	17
1.3	METODOLOGIA	18
1.4	ESTRUTURA DA MONOGRAFIA (TCC)	18
2	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	20
3	A INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL	26
3.1	POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA BRASILEIRA.....	28
4	POLÍTICAS PÚBLICAS	32
4.1	POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	33
5	REGIME DE INFORMAÇÃO	40
6	AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	43
6.1	DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL	45
6.1.1	O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNB U	52
6.2	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E ICT.....	55
6.3	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	58
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	67
	ANEXO - PNB U: MACROFUNÇÕES, DIRETRIZES, AÇÕES E RESULTADOS	74

1 INTRODUÇÃO

A organização da informação e do conhecimento, após os anos de 1990, vem sofrendo profundas alterações decorrentes do acelerado desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação. Novas dinâmicas de produção e uso da informação repercutiram em reconfigurações nos diversos contextos políticos, tecnológicos, organizacionais e sócio-culturais. De encontro a estas transformações surgiram novos discursos e a busca por respostas para compreender a emergente “Sociedade da Informação”.

Dos principais cenários informacionais envolvidos nesse processo as relações entre Estado e sociedade apresentam-se como as mais complexas, tanto em virtude do volume de informações produzidas dessa ligação quanto por sua diversidade (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009). O Estado é responsável por estabelecer princípios norteadores para a gestão da informação nesse atual contexto, pautados nas tendências mundiais e, principalmente, no interesse social. Como reflexo da ação do Estado, as políticas públicas são construídas tendo por objetivo orientar e supervisionar determinado sistema ou sociedade. As condições em que são criadas – nível das escolhas políticas realizadas pela sociedade e seus governantes – repercutem diretamente em seus efeitos.

Com a mesma intenção, políticas públicas de informação são criadas no intuito de resolver os problemas informacionais dentro da perspectiva de um regime de informação, ou seja, nos modos de produção informacional dominantes em um contexto social. Um regime de informação é composto por sistemas e subsistemas, nos quais as informações circulam por canais específicos e possuem mediadores para direcionar o fluxo informacional no mesmo. A ausência de uma política de informação nesse contexto inviabiliza o acesso e uso da informação pelo conjunto de atores envolvidos (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003).

A sobrevivência de um sistema social na Sociedade da Informação depende de um acesso livre e irrestrito à informação. Requer que toda a população tenha condições de participar da geração de conhecimento, exercendo sua democracia e tendo papel ativo na sociedade. Para que isto seja possível a criação e a manutenção de políticas de informação é uma das condições facilitadoras do processo de inserção da população na Sociedade da Informação. Somente assim, reconhecendo a informação como ponto central para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, que os países poderão participar da atual forma de organização social, centrada na informação e seus aparatos técnicos.

A construção de uma sociedade baseada no conhecimento, na qual a informação é, simultaneamente, um recurso de produção e uma mercadoria requer a

participação de organismos que garantam a organização, o acesso e a disseminação dos saberes produzidos.

Considerando que grande parte do conhecimento gerado no Brasil decorre das pesquisas realizadas pelas universidades públicas, as bibliotecas universitárias (bu's) aparecem como elementos fundamentais no contexto educacional, parte integrante e propulsora das funções educativas no âmbito da universidade. São estruturas organizacionais mediadoras que se utilizam de diversos canais para disseminar informações. Neste sentido, é fundamental que as bu's sejam consideradas como elementos imprescindíveis nas políticas de informação para que estas possam estar aptas a atender as demandas informacionais da universidade.

Com isto, pretende-se observar por meio da literatura o cenário das políticas de informação para bibliotecas universitárias. O referencial teórico aborda, em um contexto mais amplo, a Sociedade da Informação identificando as características principais que modelaram a atual organização social e que alteram significativamente, o papel que a informação passa a assumir em todas as esferas sociais. Descreve o panorama histórico da informação científica e tecnológica (ICT) brasileira e as ações que consolidaram a base institucional da Ciência e Tecnologia (C&T) no país. Recorre às principais definições de "Políticas de informação" para analisar seu objetivo principal: promover uma estrutura legal e institucional para a troca de informações (SILVA; GARCIA, 2009). Para compreender os elementos/processos envolvidos na discussão, utiliza-se o conceito de "Regime de Informação". Este permitirá a visualização do fluxo informacional nas bibliotecas universitárias, ou seja, as condições de acesso, uso e produção da informação. Por fim, caracterizam-se as bibliotecas universitárias no ambiente acadêmico para identificar sua função, seu perfil e suas necessidades diante da sociedade contemporânea.

1.1 PROBLEMA

As ações voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil são marcadas pelo fator da "descontinuidade". A problemática das mudanças contínuas do Estado – iniciativas são desfeitas e novamente criadas quando um governo é substituído por outro – é um fator decisivo na manutenção de políticas públicas (AUN, 2001).

Assim, a formulação de planos e programas para as bibliotecas universitárias é consequência, muitas vezes, de decisões de governantes guiados pelos próprios interesses. Embora as bu's sejam reconhecidas nos discursos de gestores como um componente

fundamental no processo de ensino e pesquisa, paradoxalmente não estão explícitas as iniciativas voltadas para a definição de uma política de informação que contemple este segmento. Em virtude dessa situação pouca atenção foi dada ao papel das bu's, o que ocasiona dificuldades para o planejamento dos seus serviços, uma vez que o planejamento requer o estabelecimento de objetivos e metas para o alcance dos recursos financeiros para execução.

De acordo com a situação exposta questiona-se: como as bibliotecas universitárias federais estão inseridas nas políticas nacionais de informação?

Considera-se como pressuposto norteador do estudo que as políticas nacionais de informação contemplam as bibliotecas universitárias apenas em ações isoladas, através de projetos e programas.

1.1.1 Objetivo geral

Compreender como o Estado tem subsidiado ações para o desenvolvimento de políticas de informação para bibliotecas de instituições federais brasileiras de ensino superior.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar a existência de políticas de informação no contexto das bibliotecas universitárias brasileiras;
- Verificar se a literatura nacional da área de Ciência da Informação contempla o tema: políticas de informação para bibliotecas universitárias;
- Analisar com que grau de importância as bibliotecas universitárias estão sendo contempladas na esfera governamental através de políticas de informação.

1.2 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as turbulências que movimentaram e transformaram as formas de produção, acesso e disseminação de informações no cenário atual, faz-se necessário um estudo do panorama das políticas nacionais de informação voltadas para as bibliotecas universitárias. A compreensão deste quadro permite identificar a real preocupação do Estado quanto ao desenvolvimento de políticas de apoio às bibliotecas universitárias do país. Dentro desta perspectiva, é importante analisar como as bibliotecas universitárias, enquanto repositórios de informações e componentes do sistema de Ciência e Tecnologia estão inseridas nas pautas governamentais.

Assim, o trabalho justifica-se pela necessidade de retomar a discussão sobre a importância da criação e manutenção de uma política de informação que contemple as bibliotecas universitárias, uma vez que estas questões definem estratégias para garantir o acesso e o controle do fluxo de informações, processos fundamentais para a geração e consolidação de conhecimentos.

Dentre os inúmeros componentes de um sistema de C&T as bu's das instituições federais de ensino superior foram escolhidas pelo fato de serem detentoras de grande parte do conhecimento produzido pelas universidades, órgãos por natureza armazenadores e distribuidores de estoques de informações.

Por outro lado, o trabalho é relevante para a área de Ciência da Informação ao atuar em um campo onde a natureza do objeto de pesquisa também sofre pelo seu caráter interdisciplinar e intangível: a "informação". Por este motivo, as políticas de informação são difíceis de definir seu escopo, pois lidam com temas intangíveis e, muitas vezes, ignorados pela sociedade. Sendo assim, as políticas de informação destinadas às bibliotecas universitárias merecem atenção, pois proporcionam às mesmas condições para atuar efetivamente enquanto mediadores no processo de busca de informações.

Soma-se a estas questões o interesse pessoal pelo assunto justificado pela atuação profissional na esfera pública, especificamente em um órgão de suma importância no cenário da Sociedade da Informação, a biblioteca universitária. A discussão da temática pelos bibliotecários é necessária para assegurar às bu's a destinação de recursos públicos e, com isso, continuar sendo um pólo de acesso e disseminação do conhecimento na universidade. Essa idéia também é parte da proposta do curso ao trabalhar com os fundamentos e metodologias de organização da informação tendo como público alvo os profissionais que atuam na organização e recuperação da informação registrada em qualquer suporte, no atendimento às organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

1.3 METODOLOGIA

O processo de pesquisa envolveu o método qualitativo que propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela sistematização progressiva do conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo (MINAYO, 2001). Foi realizado um levantamento da bibliografia já publicada, tendo como recorte temporal o período do ano de 2000 até os dias atuais. O recorte temporal estabelecido foi aplicado aos procedimentos metodológicos e baseou-se no período em que as discussões sobre a Sociedade da Informação ganharam maior destaque no Brasil. Como critério de seleção foram identificados os documentos publicados na literatura nacional. As fontes de pesquisa utilizadas no levantamento bibliográfico foram as bases de dados que indexam periódicos nacionais (PERI, Scielo, BRAPCI); buscador Google Acadêmico; catálogo online do sistema de bibliotecas da UFMG; as bibliotecas digitais de teses e dissertações da UFMG e do IBICT e os anais apresentados no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), principal evento que discute a atuação das bu's. Foram selecionados artigos, anais de eventos técnico-científico, livros, dissertações e teses para compor o universo da pesquisa.

1.4 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA (TCC)

Após esta introdução, apresentam-se os capítulos que estruturaram o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo 2 refere-se ao panorama da Sociedade da Informação e seus desdobramentos, enfatizando o desenvolvimento desta no Brasil. Destaque para o Programa Sociedade da Informação, uma das primeiras iniciativas do governo frente às expectativas de inclusão do país no atual modelo de organização social. A estrutura desenvolvida no capítulo 3 traz uma breve evolução histórica da ICT brasileira, baseada na criação de diversos organismos que conduziram o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. Também apresenta um resumo das primeiras políticas explícitas de ciência e tecnologia, identificadas em programas e/ou planos governamentais. O capítulo 4 constitui-se de definições encontradas na literatura sobre políticas públicas e políticas de informação. Sobre esta última, apresentam-se os principais conceitos e autores que trabalham atualmente com a temática. Já o capítulo 5 recorre ao conceito de “Regime de

informação” na tentativa de visualizar o fluxo informacional nas bibliotecas universitárias, ou seja, as condições de acesso, uso e produção da informação. As bibliotecas universitárias são discutidas no capítulo 6, traçando suas características, funções e formas de atuação. Analisa-se o desenvolvimento histórico destas enfatizando o contexto de formação e desativação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU). Por fim, no capítulo 7 retoma-se aos objetivos propostos na pesquisa, discutindo os pontos mais relevantes.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O cenário de mudanças que marcou o final do século XX foi caracterizado pelo papel central e estratégico que a informação e o conhecimento ocuparam na sociedade. A transformação do saber em força produtiva permitiu a conformação de um novo cenário econômico, registrado por diversos autores como 'economia informacional'. O elemento base, a informação, tanto é fonte de riqueza (insumo) como também principal produto.

Destaca-se deste contexto, o desenvolvimento de um conjunto de tecnologias e inovações, em especial as tecnologias da informação e comunicação (TIC), que conferiram um novo estatuto à informação e ao conhecimento como fatores de competitividade, hegemonia geopolítica e desenvolvimento socioeconômico (ALBAGLI, 2007). As TIC possibilitaram, através de seu desenvolvimento, difusão e convergência transmitir o conteúdo específico do "novo paradigma técnico-econômico" (PTE). Este

indica o resultado do processo de seleção de uma série de combinações viáveis de inovações (técnicas, organizacionais e institucionais), provocando transformações que permeiam toda a economia e exercendo importante influência no comportamento da mesma (LASTRES; ALBAGLI, 1999, p. 32).

Castells (2007) descreve a sociedade contemporânea como uma sociedade globalizada, centrada no uso e aplicação de informação e conhecimento, cuja base material está sendo alterada aceleradamente por uma revolução tecnológica concentrada na tecnologia da informação e em meio a profundas mudanças nas relações sociais, nos sistemas políticos e nos sistemas de valores.

Deriva-se deste cenário, marcado pelo aumento do fluxo de informações e do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, o termo 'Sociedade da Informação'. Este denota um conjunto de transformações de ordem social, institucional, tecnológica, organizacional, e econômica e política, na qual a 'informação', como meio de construção de conhecimento, dita as regras da sociedade contemporânea (LASTRES; ALBAGLI, 1999). Inicia-se, assim, um novo modo de produção que opera profundas alterações na sociedade na qual "passa-se a conviver com base nos conceitos que definem a Sociedade da Informação... em que o eixo das relações produtivas é a tecnologia de geração, distribuição e uso da informação e conhecimento" (CARVALHO; GOULART, 2003, p. 292).

Os aspectos apontados na literatura para caracterizar a Sociedade da Informação enfatizam a construção de uma economia baseada no conhecimento (o

conhecimento gerado precisa ser transferido de forma rápida e eficiente) e da nova forma de socialização (sociabilidade em redes – não dependentes de espaços territoriais definidos) tendo como suporte às tecnologias de informação e comunicação (CASTELLS, 2007).

Neste último aspecto, observam-se os efeitos das TIC nas relações sociais presentes na cultura contemporânea. O desenvolvimento de um “novo sistema electrónico de comunicação, caracterizado pelo seu alcance global, a integração de todos os meios de comunicação e interactividade potencial, está a mudar e mudará para sempre a nossa cultura” (CASTELLS, 2007, p. 433).

A partir da década de 1990, conforme Aun (2001), o conceito ganha popularidade refletindo

esforço dos governos de se preservar uma sustentabilidade econômico-social, pois ela surge com o vislumbrar de novas oportunidades de emprego, de educação à distância e aprendizagem ao longo da vida, suporte ao desenvolvimento de bons serviços públicos de informação, acesso e concessão de recursos para todos e coesão social para diferentes regiões do mundo (AUN, 2001, p. 51).

O surgimento da Sociedade da Informação veio agregar novas formas de organização e de produção em escala mundial, redefinindo a inserção dos países na sociedade internacional e no sistema econômico mundial. A construção da Sociedade da Informação, em cada país, tem se estabelecido em meio a diferentes condições e projetos de desenvolvimento social, a partir de estratégias moldadas de acordo com cada contexto.

Para Takahashi (2000, p. 5) as transformações ocorridas nas estruturas e nas práticas de produção, comercialização e consumo e de cooperação e competição entre os agentes, em virtude das tecnologias envolvidas, alteraram a própria cadeia de geração de valor. Da mesma forma, “regiões, segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos são afetados diferentemente pelo novo paradigma, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimentos e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar”.

Grande parte dos países economicamente desenvolvidos, assim como daqueles em vias de desenvolvimento, vem adotando iniciativas voltadas para a Sociedade da Informação. Este cenário de mudanças requer a formulação de novas políticas para responder os anseios, desafios e oportunidades oriundos da mesma. Entretanto, a corrida pela adequação dos países em infraestrutura de comunicação não ocorreu da mesma forma para a promoção de competências no uso das mesmas. A condição para entrada dos países na Sociedade da Informação não depende apenas, de ter acesso à informação, mas de sua

transformação em conhecimento, sua aplicabilidade e uso. Assim, Takahashi (2000, p. 45) relata que

educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: “trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para ‘aprender a aprender’, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica”.

Valetim (2002) assegura que no Brasil, o Programa Sociedade da Informação (SOCINFO) criado em 1999 e coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foi uma das primeiras iniciativas do governo no que diz respeito ao estabelecimento de condições necessárias ao maior aproveitamento e difusão das TIC no país.

A fase de implantação do Programa compreendeu três etapas distintas: a elaboração de um Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (concluído em agosto de 2000) com as metas do programa; a condução de um processo de consulta pública referente às propostas nele contidas; e a elaboração de um documento-proposta final e oficial, o Livro Branco (LEGEY; ALBAGLI, 2000).

O Programa Sociedade da Informação marcou as atividades da nova agenda brasileira para construção da Sociedade da Informação e teve como objetivo

integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil (TAKAHASHI, 2000, p. 10).

As áreas de atuação do Programa foram em Ciência e Tecnologia, Educação, Cultura, Saúde, Aplicações Sociais, Comércio Eletrônico, Informação e Mídia, Atividades de Governo e Educação para a Sociedade da Informação. Para tanto, foram criadas sete grandes linhas de ação (descritas no quadro abaixo) sendo que cada linha de ação tinha seus próprios mecanismos de execução. Para alcançar os objetivos estabelecidos nas

ações – socialização da informação e democratização do acesso à tecnologia – o Programa previa investimentos em bilhões na construção da malha de infraestrutura (NEVES, 2010).

QUADRO 1 – Linhas de Ação do Programa Sociedade da Informação

Linhas de ação	Descrição
Mercado, trabalho e oportunidades	Promoção da competitividade das empresas e a expansão das pequenas e médias empresas, apoio à implantação de comércio eletrônico e oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação.
Universalização de serviços e formação para a cidadania	Promoção da universalização do acesso à Internet, buscando soluções alternativas, com base em novos dispositivos e meios de comunicação; promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à Internet e fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social.
Educação para a sociedade da informação	Apoio aos esquemas de aprendizado, de educação continuada e a distância baseados na Internet e em redes, através de fomento ao ensino, auto-aprendizado e certificação em TIC; implantação de reformas curriculares visando ao uso das TIC em atividades pedagógicas e educacionais, em todos os níveis da educação formal.
Conteúdos e identidade cultural	Promoção da geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural brasileira e as matérias de relevância local e regional; fomento a esquemas de digitalização para a preservação artística, cultural, histórica, e de informações de C&T, bem como a projetos de P&D para geração de tecnologias com aplicação em projetos de relevância cultural.
Governo ao alcance de todos	Promoção da informatização da administração pública e do uso de padrões nos seus sistemas aplicativos; concepção, prototipagem e fomento à aplicações em serviços de governo, especialmente os que envolvem ampla disseminação de informações; fomento à capacitação em gestão de tecnologias de informação e comunicação na administração pública.
P&D, Tecnologias-chave e aplicações	Identificação de tecnologias estratégicas para o desenvolvimento industrial e econômico e promoção de projetos de P&D aplicados a essas tecnologias nas universidades e no setor produtivo; concepção e indução de mecanismos de difusão tecnológica; fomento a aplicações piloto que demonstrem o uso de tecnologias-chave; promoção de formação maciça de profissionais, entre eles os pesquisadores, em todos os aspectos das TIC.
Infra-estrutura avançada	Implantação de infra-estrutura de informações, integrando as diversas redes – governo, setor privado e P&D; adoção de políticas e mecanismos de segurança e privacidade; fomento à implantação de redes, de processamento de alto desempenho e à experimentação de novos protocolos e serviços genéricos; transferência acelerada de tecnologia de redes do setor de P&D para as outras redes e fomento à integração operacional.

FONTE: Legey; Albagli, 2000, *on-line*

Tendo como base essas perspectivas foi elaborado o chamado Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, que deveria após a consulta pública receber emendas

para consolidar uma proposta definitiva chamada de Livro Branco da Sociedade da Informação. No entanto, as segunda e terceira etapas praticamente não foram executadas. Além de ser lançado com atraso, somente no ano de 2002, o Livro Branco desconsiderou as formas de implementação das políticas propostas no Livro Verde e, devido à falta de articulação política este não chegou a ser aplicado (CARVALHO; SANTOS, 2009).

Legey e Albagli (2000, *on-line*) observam que o Programa Sociedade da Informação no Brasil trouxe “inovações importantes, do ponto de vista das políticas públicas nacionais, em função do que propõe como visão, como estratégia, como agenda de ações e, ainda, como formato institucional para implementar o programa”. Além disso, as autoras lembram que o programa surgiu em um momento peculiar do processo político brasileiro, “em que se observa a gradativa retomada do processo de planejamento estratégico nas áreas de C&T - em parte motivada pelo surgimento de novos fundos setoriais¹ - após uma década de escassas iniciativas governamentais nesse campo”. A constituição desses fundos demonstra que o governo federal considera estratégico o apoio à C&T e, de certa forma, resolve um dos problemas do financiamento, a falta de continuidade e instabilidade na destinação de recursos para o desenvolvimento da C&T.

Valetim (2002, p. 96) destaca a relevância do Programa, mas lembra que o enfoque principal está direcionado a infraestrutura de telemática. Não discordando da sua importância, “ao contrário, sem infraestrutura não é possível conceber uma sociedade baseada na informação e no conhecimento, mas a informação em si é que realmente é fundamental”.

Com a mesma intenção, Silva (2005, p. 20) mostra-se intrigado com a constante associação entre a Sociedade da Informação e as tecnologias da informação, mais especificamente com a Internet.

Se por um lado reconhece-se que a Internet facilitou o fluxo informacional, por outro, sabe-se que ela, por definição, é basicamente uma rede eletrônica de comunicação. E se estamos falando de ICT, vale lembrar que o diferencial está nos conteúdos transmitidos, sejam através de redes ou de quaisquer outros canais de comunicação.

¹ Os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, criados a partir de 1999, são instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País. Há 16 Fundos Setoriais, sendo 14 relativos a setores específicos e dois transversais. Destes, um é voltado à interação universidade-empresa (FVA – Fundo Verde-Amarelo), enquanto o outro é destinado a apoiar a melhoria da infraestrutura de ICTs. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/fundos_setoriais_ini.asp>. Acesso em: 02 jun. 2011.

Para Aun e Angelo (2007) o Brasil ainda não alcançou a participação legítima de toda sua população na Sociedade da Informação. Parte desse atraso recai sobre a importância dada pelo governo à aquisição de infraestrutura, aos investimentos de base tecnológica em detrimento do desenvolvimento educacional. As iniciativas governamentais para acelerar a inclusão do país neste novo patamar foram ações emergenciais, com o desenvolvimento de programas que objetivaram, na maioria das vezes, a distribuição do aparato tecnológico.

3 A INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial marcaram historicamente a corrida dos países pela competitividade e pelo desenvolvimento sócio-econômico. A dimensão tecnológica surgida no contexto de guerra, pela primeira vez, foi fundamental para o desfecho do conflito. Uma das potências vencedoras, os Estados Unidos da América, carregou o consenso de que a inovação tecnológica era “o coroamento de um processo que se iniciava, na maioria das vezes, na bancada de um laboratório de pesquisa básica” (GUIMARÃES, 2002, p. 2). Por décadas essa convicção orientou a política científica e tecnológica norte-americana.

Atrelado a este episódio, houve o surgimento do binômio “Ciência e Tecnologia” (C&T) representando um complexo sistema composto por diversos órgãos e instituições de ensino e pesquisa. Ciência e Tecnologia percorreram, ao longo da história, caminhos diversos até tornarem-se praticamente indissociáveis e fator central do progresso da humanidade.

Nas décadas que se seguem ao final da Segunda Guerra Mundial, vários países criaram seus sistemas de ciência e tecnologia e estabeleceram políticas e estratégias explícitas para o setor. Houve a conscientização dos líderes políticos de que a supremacia de um país estaria diretamente ligada ao seu desempenho tecnológico. As experiências arroladas nos Estados Unidos e na Europa refletiam a convergência entre ações do Estado e da iniciativa privada criando, assim, vínculos entre o sistema de pesquisa e o setor industrial.

O desenvolvimento da pesquisa no Brasil possui um histórico de formação tardia. As idéias norteadoras desse processo surgiram do pós-guerra (1945) e sofreu forte influência da potência emergente, os Estados Unidos da América. O Brasil, diante da necessidade latente de entrar na corrida pelo desenvolvimento econômico, adotou uma política voltada para a importação de tecnologias estrangeiras. Muitas vezes, esta postura não era condizente com as reais necessidades do país (GUIMARÃES, 2002).

O modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil resultou em uma incipiente participação do setor industrial no financiamento das atividades de C&T, ao contrário do que acontecia nos países mais desenvolvidos. A formação de pesquisadores e o financiamento do sistema de inovação ficaram, praticamente, restritos ao Estado. Apesar da política de C&T do país ter contado com o apoio de diferentes governos, faltou ao país maior envolvimento do setor privado como investidor na produção de conhecimento (SILVA, E. M. da, 2009).

Até a década de 1950, não se falava em C&T no Brasil. Havia apenas alguns trabalhos e iniciativas individuais. A formalização da tentativa de consolidar o parque tecnológico brasileiro teve início na década de 1950 a partir da criação de duas agências de fomento, o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e um centro de pesquisa, o CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas). A lei de criação do CNPq previa como suas finalidades “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras” (SILVA, E. M. da, 2009, p. 27). A montagem da base institucional de C&T no Brasil teve e ainda tem o CNPq como órgão responsável, que a partir de suas decisões estratégicas, como a criação ou incorporação dos institutos de pesquisa e dos mecanismos de apoio impulsionou o desenvolvimento científico e tecnológico nacional (GUIMARÃES, 2002).

Um órgão importante que destacou-se na formação de recursos humanos foi a CAPES, (Campanha e, depois Coordenação, de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) criada em 1951 pelo MEC (Ministério da Educação). Tinha por função distribuir bolsas de estudos no Brasil e no exterior, de modo a assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades do incipiente campo de C&T do país. Nessa atitude identifica-se a emergência em “capacitar os profissionais para lidar com novas tecnologias e dominá-las, pois era exigido um conhecimento especializado para realizar as pesquisas de cunho científico e tecnológico” (SILVA, E. M. da, 2009, p. 27).

Ainda na década de 1950 foi criado o IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação) vinculado ao CNPq com as seguintes funções:

promover a criação e o desenvolvimento dos serviços de especializados de bibliografia e documentação; estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional; incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do país, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores (BRASIL, 1984, p. 15).

A atuação do IBBD foi intensificada a partir da década de 1970 com a crescente demanda por serviços de ICT e, logo em seguida, substituída pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) em 1976. Este se diferenciava em relação ao seu antecessor pelo fato de que o IBICT passava a ser mais um órgão de fomento e

coordenação e não um órgão executivo. Atrrelado a esta mudança, foi-lhe atribuída a “missão de promover a efetivação de um sistema nacional de ICT, integrado por sistemas setoriais de informação, abrangendo todas as formas de atividades de documentação e informação” (BRASIL, 1984, p. 16).

O IBBD “foi criado em um momento propício no qual a ciência começava a ser valorizada como elemento indispensável ao desenvolvimento econômico e o Estado sentia a necessidade de integrar o processo científico ao desenvolvimento industrial” (SILVA, E. M. da, 2009, p. 27). Assim, o contexto político e econômico pressionado pelo setor produtivo viabilizou o desenvolvimento de organismos e institutos científicos para acompanhar as transformações na área de C&T.

Já no final dos anos de 1960, foram criados a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e o FNDCT (Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico), principais fontes financiadoras da infraestrutura em Ciência e Tecnologia.

Além dos demais organismos e instrumentos criados, estas foram as características e elementos que formaram a base institucional para o desenvolvimento de C&T no país.

3.1 POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA BRASILEIRA

A expressão ‘política de ciência e tecnologia’ surgiu “para traduzir o conjunto de ações do Estado relativas à ampliação e ao uso do estoque de conhecimentos da sociedade” (GUIMARÃES; ARAÚJO JR.; ERBER, 1985, p. 7).

A Política Científica e Tecnológica (PCT) no Brasil consolidou-se efetivamente durante a década de 1970, quando ela surge mais explicitamente como objeto da política desenvolvimentista do Estado. Como exposto, entre as décadas de 1950 e 1960 houve a intervenção direta do Estado na tentativa de institucionalizar uma política de C&T no país.

As primeiras políticas explícitas de planejamento de C&T no Brasil foram expressas nos três Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). O I PBDCT, que integra o I PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, para o período 1972-74,

teve o mérito de focalizar a atenção de diferentes áreas de Governo e da sociedade em geral, em torno da importância da Ciência e da Tecnologia. Como consequência, promoveu a ampliação substancial dos recursos para a área, através do fortalecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico — FNDCT — e de outros mecanismos financeiros, objetivando o reforço institucional da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento, principalmente na área oficial (SALLES FILHO, 2003, p. 413).

Já o II PBDCT (1976), integrado ao II PND (1974-79) buscou ampliar a oferta de Ciência e Tecnologia e criar condições para a estruturação do SNDCT (Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), atribuindo ao CNPq a tarefa de coordenação geral. Além das inovações trazidas pelo SNDCT, também houve a criação do PNPG (Programa Nacional de Pós-graduação).

O III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT) representava um desdobramento do tema Ciência e Tecnologia do III PND e orientava as ações a serem executadas no período 1980/85. O III PBDCT diferia dos planos anteriores, pois se centrava mais em diretrizes que em programas, projetos e prioridades. Também se diferenciava em seu foco: ciência mais que tecnologia, tecnologia mais que inovação. Assim, “o Plano foi elaborado na forma de um documento de diretrizes de política, definidas de modo participativo e que servirão para orientar as ações dos setores público e privado” (SALLES FILHO, 2003, p. 411).

Com o III PBDCT houve um processo de seleção de programas e atividades prioritárias a serem implementadas nos diversos setores. Esta seleção foi promovida e coordenada pelo CNPq, dando origem à “Ação Programada em Ciência e Tecnologia” que representou o seu desdobramento em termos de programas e atividades, contendo um orçamento-programa, atualizada anualmente através do acompanhamento e avaliação do PBDCT (SALLES FILHO, 2003). As ações programadas constituíram-se em instrumentos de trabalho para permitir a concretização das metas estabelecidas no III PBDCT.

Segundo Silva e Garcia (2009, *on-line*) as ações programadas traziam duas diretrizes básicas: “a consolidação da capacitação científica e a ampliação do grau de autonomia tecnológica”. A elaboração das ações programadas reuniu a comunidade técnico-científica para definir o escopo de cada ação. Assim, profissionais da área identificaram nas ações a possibilidade de incluir a temática ICT, que já era reconhecida como fundamental para o desenvolvimento do país. Desse cenário originou-se então, a Ação Programada em ICT.

Essa iniciativa governamental objetivava promover uma cooperação efetiva entre todos os órgãos envolvidos com a ICT, tanto do setor público quanto do setor privado, bem como um esforço para delinear uma política de ICT. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) elaborou a Ação Programada em ICT porque reconhecia que as atividades de informação

perpassavam as de C&T, e o caráter horizontal da informação exigia uma concentração de esforços e recursos provenientes de todos os setores, para viabilizar o desenvolvimento das condições de infraestrutura geral de informação, de maneira a favorecer as iniciativas de setores mais carentes (SILVA; GARCIA, 2009, *on-line*).

O documento elaborado para representar as ações programadas trouxe importantes contribuições para a área. Uma delas foi a definição das atividades de ICT (BRASIL, 1984, p. 11):

- seleção, aquisição e armazenamento de documentos;
- organização e controle de documentos;
- edição de documentos secundários;
- distribuição de documentos secundários;
- acesso e recuperação de documentos.

Outra contribuição foi a identificação da infraestrutura de instituições e serviços responsável pelo desenvolvimento das atividades de ICT (BRASIL, 1984, p. 11):

- geração de conhecimentos: representado pelo setor de educação, cultura e pesquisa;
- produção e difusão de documentos primários: representado pela indústria editorial do país;
- processamento e difusão de informações: representado pelas bibliotecas, centros de documentação, centros de informação técnico-científica, bancos de dados, arquivos e entidades assemelhadas;
- produção e comércio de bens para as atividades de informação: representado pela indústria e comércio de equipamentos utilizáveis nos diversos segmentos da infraestrutura de ICT;
- mecanismos de monitoramento em nível nacional: representado pelos órgãos de coordenação, padronização e fomento.

Já as diretrizes de informação em C&T no âmbito da Ação Programada privilegiaram os seguintes aspectos (BRASIL, 1984):

- a geração de documentos primários;
- a formação e desenvolvimento de coleções;
- automação de bibliotecas;
- investimentos em bases de dados bibliográficas em C&T;
- difusão e uso de ICT;
- desenvolvimento de recursos humanos em ICT;
- acompanhar as atividades internacionais relacionadas com ICT.

Mais do que isso, a Ação Programada em ICT considerou a existência de um setor de informação e de um subsetor de ICT e reconheciam que, nos países desenvolvidos, como reflexo de sua maior complexidade econômica, social e política, a informação já tinha alcançado a condição de setor autônomo da administração, com políticas e procedimentos próprios (BRASIL, 1984).

Albuquerque (2004, p. 201) na época presidente do CNPq (1980/1985) faz uma interessante colocação em um texto de uma série de trabalhos elaborados para resgatar a memória da C&T brasileira.

As Ações Programadas, de certa forma, promoveram a democratização do conhecimento científico e tecnológico com ações nas regiões mais distantes do País. Em outras palavras, uma de suas grandes dimensões foi a de mostrar o sentido social do conhecimento, tirando-o de círculos elitistas e colocando-o a serviço do País. Essa dimensão pioneira é bastante atual e constitui mesmo um dos principais desafios da política de ciência e tecnologia.

Nesse cenário, outro programa foi criado em decorrência do III PBDCT, o PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que tinha recursos financeiros próprios para consolidar as ações programadas e apoiar demais setores de C&T considerados prioritários. O PADCT foi concluído em 1985, mas não resistiu à transição de governo realizada no mesmo ano. Silva e Garcia (2009, *on-line*) revelam que “os resultados das ações desenvolvidas durante a década de 1980 dificilmente são encontrados em relatórios, apenas se identificam as despesas realizadas em ICT pelos orçamentos da União em C&T”.

A elaboração desses planos e programas de ICT constituiu-se em uma política de governo que não sobreviveu à troca de governantes. A transição política pela qual o país passou na época, com a queda da ditadura e o restabelecimento da democracia alterou a forma da gestão pública. A nova conjuntura político-econômica não priorizou a continuidade desses planos, o que contribuiu para a fragmentação destes e das ações programadas (SILVA, E. M. da, 2009, p. 31).

Essa característica de descontinuidade de execução marca as políticas públicas brasileiras. Na maioria das vezes estão atreladas aos gestores que a criaram, passando por momentos de avanço ou estagnação, isso porque são tratadas como questões de governo e não de Estado (AUN, 1999; VALENTIM, 2002).

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

A definição de “política” (*Politikós*), do ponto de vista clássico, é entendida como “um adjetivo, que tem origem na palavra grega *pólis* e refere-se a tudo o que diz respeito às *coisas da cidade*; ou seja, ao que é urbano, público, civil e social”. Na modernidade a idéia de expressar a “arte de governar” foi sendo substituído por “ciência do Estado”, ou seja, vincula-se o conceito ao conjunto de atividades exercidas pelo Estado (RODRIGUES, 2010, p. 13).

A política, no contexto das políticas públicas, compreende “um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos” (RODRIGUES, 2010, p. 13). Assim,

política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum (RODRIGUES, 2010, p. 13).

Para Jardim; Silva e Nharreluga (2009, p. 11) a definição do que seja ‘políticas públicas’ ainda não é um consenso na literatura. Sinalizam que “raras são as abordagens que vão à busca de regularidades e propriedades específicas das políticas públicas”. Na maioria dos casos, os trabalhos da área identificam-se como ‘análise de políticas públicas’.

Isso sugere que as preocupações dos estudiosos de políticas públicas referem-se muito mais aos efeitos de políticas formuladas e implementadas – e assim objetos tangíveis de avaliação – do que ao estudo do processo político e das circunstâncias políticas em que estas são pensadas e decididas (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 11).

Ainda hoje a definição mais conhecida continua sendo a de Lasswell², na qual julga que toda decisão e análise sobre política pública implicam responder às estas questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006).

Como área de conhecimento da ciência política, as políticas públicas surgiram em meados do século XX atrelado ao desenvolvimento de estudos na Europa e nos Estados Unidos. Na Europa, a área desenvolveu-se baseada em “teorias explicativas sobre o papel

² LASSWELL, Harold D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian Books, 1936.

do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas”. Já nos Estados Unidos, “ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos” (SOUZA, 2006, p. 22).

No Brasil é recente a preocupação com o estudo de políticas públicas. Nos poucos trabalhos sobre a temática, a discussão “recai ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas” (TREVISAN; BELLEN, 2008, p. 531).

A partir da década de 1970 as políticas públicas ganharam destaque na sociedade brasileira ao substituir gradativamente a idéia de ‘planejamento estatal’, característica do regime militar. No planejamento estatal desenvolvia-se uma “política de prioridades na determinação das metas a serem atingidas e definidas em nível de cúpula”. Já as políticas públicas são formuladas a partir de manifestações e pressões das demandas dos diversos atores sociais envolvidos (FERREIRA, 2006, p. 115). A partir de meados da década de 1980 as políticas públicas foram impulsionadas pela conjuntura socioeconômica favorável à transição democrática do país.

Na atualidade, o estudo das políticas públicas tende a compreender o papel do Estado e as implicações decorrentes de suas ações na sociedade. Neste sentido, tem por função diagnosticar as formas de interação entre Estado e sociedade e identificar as relações que se estabelecem entre estes atores sociais (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

As políticas públicas possuem um caráter dinâmico que se modifica em conformidade com o contexto social, com as demandas originadas deste meio através da participação popular. Dessa forma, as políticas públicas podem ser interpretadas como respostas do Estado aos direitos coletivos da população.

No contexto desses direitos compete ao Estado a formulação de instrumentos, ou melhor, a definição de uma política de informação que possa garantir a entrada dos indivíduos na Sociedade da Informação.

4.1 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

A expressão “política de informação” teve origem após a Segunda Guerra Mundial e ganhou destaque nas discussões acerca das “estruturas do Estado, as

características da sociedade civil, as formas de governo e de ser governado nos âmbitos local, regional, nacional e até mesmo transnacional” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 4).

A partir da segunda metade do século XX, motivada pela importância dada pelos países centrais ao desenvolvimento científico e tecnológico iniciou-se a corrida pela criação e implementação de políticas para controlar a geração, os fluxos e usos da informação (SILVA; GARCIA, 2009). A formação de um cenário impulsionado pelo desenvolvimento na área de tecnologia e comunicação refletiu na criação de políticas voltadas para estes setores. É nesse momento que se observa a emergência de uma sociedade caracterizada pela utilização das ferramentas tecnológicas, tanto nas atividades profissionais quanto na vida cotidiana. Assim, a expressão ‘Sociedade da Informação’ surge para denominar o “movimento de uma nova forma de comunicação social onde a informação passa a ser disseminada através de redes que se expandem vindo a afetar diretamente as esferas econômicas, políticas e sociais” (AUN, 2003, p. 66).

As políticas de informação estão inseridas em um contexto maior, caracterizado pelas políticas públicas. O estudo destas tem por objetivo compreender a relação do Estado com a sociedade. Para Jardim; Silva e Nharreluga (2009, p. 9) “significa observar a lógica existente nas diferentes formas de interação entre Estado e sociedade, identificar as relações existentes entre os diversos atores e compreender a dinâmica da ação pública”.

No campo de estudo das políticas nacionais de informação, a professora Nélida Gonzalez de Gomez é quem traz uma das maiores contribuições ao contextualizar o conceito de Regime de Informação (RI)³ nas pesquisas brasileiras.

O conceito de “regime de informação” demarcaria um domínio amplo e exploratório no qual a relação entre a política e a informação – não preestabelecida – ficaria em observação, permitindo incluir tanto políticas tácitas e indiretas quanto explícitas e públicas, micro e macropolíticas, assim como permitiria articular, em um plexo de relações por vezes indiscerníveis, as políticas de comunicação, cultura e informação (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 35).

A proposta da professora de introduzir o conceito de RI mostra a possibilidade de ampliar e, ao mesmo tempo, de detalhar o “entendimento da política de informação, diferentemente dos termos ‘sistema de informação’, contexto de informação”, ‘âmbito de informação’, ‘documento’, ‘centro de informação’, ‘arquivos’ e ‘bibliotecas’, que se mostram por demais restritivos e vagos” (SILVA; TOMAÉL, 2009, *on-line*).

³ O conceito de regime de informação será detalhado no próximo capítulo.

Segundo Gonzalez de Gomez (1997, p. 19) política de informação pode ser compreendida como um “conjunto de práticas/ações encaminhadas à manutenção, reprodução ou mudança e reformulação de um regime de informação, no espaço local, nacional, regional ou global de sua manifestação”.

Para Unger (2006, p. 28)

políticas de informação constituem um conjunto de princípios, diretrizes e estratégias que orientam o curso de ação de programas e projetos destinados à geração, desenvolvimento, distribuição, difusão e uso dos recursos, serviços e sistemas de informação.

Apesar da diversidade de conceitos a concepção de ‘políticas de informação’ justifica-se, segundo Lemos (1987, *on-line*),

em função de dois pressupostos essenciais. Um deles é o direito que têm os cidadãos de exigirem do Estado os meios que propiciem a efetivação daquelas atividades que lhes assegurarão o melhor usufruto possível dos bens, serviços e prerrogativas compatíveis com o grau de desenvolvimento da sociedade. O outro pressuposto é o dever do Estado em atender às reivindicações e direitos dos cidadãos, de forma justa e eqüitativa.

Esta dimensão do conceito, apresentada em uma conferência por Antonio Agenor Briquet de Lemos, então diretor do IBICT (1985/1989), marcou as tendências das pesquisas brasileiras em políticas de informação. Por algum tempo direcionou o entendimento da área de Biblioteconomia e, posteriormente, de Ciência da Informação, sobre o tema (SILVA; TOMAÉL, 2009).

O panorama de desenvolvimento das políticas nacionais de informação é descrito por Lastres e Aun⁴ (1997, citado por JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 7). Na década de 1970 o enfoque dado pelas políticas de informação “refletiam principalmente a ênfase ao desenvolvimento científico tecnológico, privilegiando a criação e o armazenamento de informações correlatas”. Influenciada pela disseminação das tecnologias de informação e comunicação, a década de 1980 refletiu nas políticas de informação a “criação de infra-estruturas de informação para a comunicação e a utilização de bases de dados”. Os anos de 1990 caracterizaram-se pelos avanços da informática e das

⁴ LASTRES, H. M. M.; AUN, M. P. Os novos requerimentos impostos às políticas nacionais de informação face à globalização e à conformação da sociedade da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luiz. **Anais...** São Luiz, 1997.

telecomunicações, o que colocou novos desafios ao estabelecimento de políticas de informação.

Valentim (2002, p. 99) considera que o país já possui várias ações e programas governamentais que contribuem para a consolidação de uma política nacional de informação. No entanto, acredita ser fundamental a definição de uma política que privilegie a produção de bases de dados (conteúdos informacionais) por dois motivos: no Brasil as informações ainda estão dispersas ou estão disponíveis de forma restrita a alguns segmentos produtivos da sociedade e; o país precisa consolidar suas informações para participar do processo de globalização com poder de troca, não sendo um eterno consumidor de informações estrangeiras. Assim, a autora julga como prioridade na política nacional de informação a “criação de uma estrutura nacional que priorize a informação para C&T, por meio de subsídios à indústria da informação, do fomento aos produtores de bases de dados e do apoio à comercialização/acesso a estas bases de dados pela sociedade...” (VALENTIM, 2002, p. 99).

Os desdobramentos desse panorama atrelado ao desenvolvimento da área de informação modificaram a natureza das políticas de informação no contexto das políticas públicas, redefinindo seu escopo e abrangência.

As políticas de informação atuam em um campo onde a natureza do objeto de pesquisa sofre pelo seu caráter interdisciplinar e intangível: a “informação”. Esta perspectiva torna difícil justificar a informação enquanto objeto de políticas públicas, pois os recursos necessários ao seu desenvolvimento também são demandados por outros setores sociais, muitas vezes mais urgentes e com objetivos mais definidos/tangíveis, como saúde, segurança, educação. Assim, a discussão sobre políticas de informação torna-se menos importante diante das soluções de problemas sociais (ROCHA, 1994).

As condições impostas pela Sociedade da Informação não deixaram alternativas aos países a não ser a reestruturação das suas políticas de informação.

Integrar-se então a esse processo novo vem requerer, dos diferentes países, a necessidade de estabelecerem programas ou políticas nacionais de informação que contemplem o estabelecimento de conteúdos regionalizados aliados ao desenvolvimento de tecnologias informacionais e o estabelecimento de infra-estrutura tecnológica como condição básica (AUN, 2003, p. 67).

Se antes a concretização de uma política de informação estava atrelada ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia alicerçados na manutenção de acervos bibliográficos e bases de dados específicas para cada área do conhecimento, hoje a sua orientação é voltada para empresas, negócios, serviços comerciais, de educação, saúde e

domiciliares. Assim, as demandas pela construção de políticas de informação, hoje, são muito mais complexas, pois exige de toda a sociedade a responsabilidade no que se refere ao conteúdo produzido e veiculado pelas redes. Além disso, requer o compromisso do Estado para formar cidadãos capacitados e garantir a participação efetiva de todos na Sociedade da Informação (AUN, 2003).

Silva e Tomaél (2009) identificaram as principais tendências internacionais que, desde a década de 90, vem atraindo maiores interesses no estudo das políticas de informação. Temáticas como direitos autorais, acesso aberto e livre, privacidade, telecomunicações e conectividades, softwares livres, propriedade intelectual, governança e governo eletrônico vêm sendo trabalhadas com maior predominância, ao contrário da concentração de estudos nas ações governamentais.

FIGURA 1 – Tendências de pesquisa em políticas de informação



FONTE: Silva; Tomaél, 2009, *on-line*

Já E. M. da Silva (2009) identificou os principais atores que participam da construção das políticas de informação atuando simultaneamente como produtores e receptores de informação: o governo, o mercado (indústria e organizações) e a sociedade.

Também identificou elementos comuns e necessários que perpassam esses três atores e são essenciais para formulação, implementação e avaliação de uma política nacional: contextos políticos e institucionais, legislação e regulação, educação e cultura, expectativas e demandas do setor produtivo, das universidades e institutos de pesquisa, TIC e infraestrutura geral.

QUADRO 2 – Atores e variáveis de influência das políticas de informação

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO	
ATORES	PRODUTORES E RECEPTORES DE INFORMAÇÃO: GOVERNO, MERCADO, SOCIEDADE
VARIÁVEIS	Contextos políticos e institucionais
	Legislação e regulação
	Educação e cultura
	Expectativas e demandas do setor produtivo, das universidades, institutos de pesquisas e da sociedade
	TIC e infra-estrutura geral

FONTE: Silva, E. M. da, 2009, p. 59

A começar pelos atores, o Estado tem o papel de fomentador e articulador entre os canais de informação – formais e informais – e os diversos produtores e receptores desta informação. O Estado assume a responsabilidade de formular e implementar as políticas. Já o mercado tem os recursos financeiros para disponibilizar os produtos que forem desenvolvidos nos institutos de ensino e pesquisa. A sociedade, as comunidades de especialistas, profissionais da informação, pesquisadores, professores e estudantes, por sua vez, são os protagonistas na produção de conhecimento. Este processo dependerá da acessibilidade à informação “por meio de canais formais (bibliotecas, bancos de teses e dissertações online) e canais informais regulados pelo governo que os reconhece como parte de um sistema de informação” (SILVA, E. M. da, 2009, p. 60).

As variáveis intervenientes na formação de políticas de informação também foram descritas pela autora. Os contextos políticos e institucionais são os principais

influenciadores desse processo. Considera que a política de informação deveria ser uma política de Estado (duradoura) e não de governo (de caráter efêmero) onde se observa muitos modismos e inconsistências. A legislação e a regulação, também cruciais na formação de políticas de informação deverão abordar os seguintes aspectos: estabelecer dispositivos legais necessários à implantação e regulação de produtos, serviços e mercado; destinar orçamentos para todos os setores por lei; implantar ou fortalecer órgãos da área de C&T e ICT; estabelecer normas jurídicas sobre os produtos e serviços da informação, acompanhando os avanços das TICs. No campo da educação e cultura, elementos determinantes para o uso da informação, sua disseminação e acesso, é necessário qualificar recursos humanos para que estes tenham condições de atuar na prestação de serviços de informação, “incentivar a cultura e o idioma local na disseminação de informação através das “infovias” e promover a inclusão digital como um dos elementos capazes de contribuir para a inclusão social” (SILVA, E. M. da, 2009, p. 63). O *gap* entre o setor produtivo, as universidades e a sociedade ainda é visto como um dos entraves para o desenvolvimento efetivo da produção tecnológica no país. A redução ou eliminação dessa lacuna atenderia às expectativas e demandas das empresas, das universidades e institutos de pesquisa e resolveria problemas existentes entre o desenvolvimento técnico-científico e as necessidades educacionais, culturais e sócio-econômicas da sociedade. Por fim, integra ao quadro das variáveis a adoção de TIC e infraestrutura geral, salientando que o Brasil ainda está numa fase de implantar uma infraestrutura básica de informações, que deverá integrar as redes que compõem o governo, o setor privado e a pesquisa e desenvolvimento (P&D).

O quadro traçado por E. M. da Silva (2009) apresenta elementos estruturantes, mas não alcançam a complexidade do processo de construção da política de informação, indo além dos termos técnicos muitas vezes conduzidos pelo marketing político ou técnico. Neste sentido, é preciso delimitar o regime informacional das políticas de informação: seus atores, fluxos, canais e consumidores ou beneficiários.

5 REGIME DE INFORMAÇÃO

Conforme Aun (2001) a partir dos anos de 1970, passamos a vivenciar o surgimento de uma nova ordem mundial, tendo como pilares de sustentação o liberalismo econômico (globalização da economia) e o avanço tecnológico (TIC). A Sociedade da Informação trouxe como consequência novas relações econômicas, sociais, políticas, educacionais e culturais.

Unger (2006, p. 11) acredita que

com o desenvolvimento da tecnologia, os suportes onde a informação se substancia ganham diferentes formatos, criando um mundo em paralelo e, de certa forma, sem controle, ocasionando o que se costumou chamar de explosão informacional. Sendo assim, de um regime industrial formado pelas tecnologias de comando e comunicação, passamos para um regime de informação que se instala no novo modelo social denominado Sociedade da Informação, o qual tem firme base nas tecnologias digitais de informação e comunicação.

O conceito de 'Regime de Informação' foi desenvolvido por Frohmann⁵ (1995, p. 4) e compreende um conjunto de redes no qual as informações são transferidas de seus produtores, por canais determinados, com a mediação de estruturas organizacionais às comunidades específicas ou aos consumidores. A utilização do conceito por Gonzalez de Gomez (2002, p. 34) baseia-se na definição de Frohmann que, segundo a autora,

designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Nessa perspectiva, Gonzalez de Gomez (2003, p. 61) define regime de informação como:

⁵ FROHMANN, B. Taking information policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE FOR INFORMATION SCIENCE, 23., Alberta, 7-10 Jun. 1995. Alberta: Canadian Association for Information Science, 1995. Disponível em: <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Documents/TAKING%20INFORMATION%20POLICY%20BEYOND%20INFORMATION%20SCIENCE.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

um conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, por muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

Os regimes de informação apresentam diferenças conceituais entre os autores Frohmann e González de Gómez. Esta última aborda o regime de informação na perspectiva política, enquanto o primeiro enfatiza os artefatos tecnológicos, o meio físico onde ocorrem as trocas informacionais. No entanto, as duas visões se complementam, pois, no meio ambiente físico que se instalam os artefatos tecnológicos (conectividade) e é através das políticas informacionais que se regula a produção e a comunicação no regime de informação (UNGER, 2006).

Dentre os vários componentes de um regime de informação destacam-se: os artefatos tecnológicos; os estoques de informação; os produtores de informação; os canais de comunicação da informação (formais e informais); os sistemas de recuperação da informação; as linguagens documentárias e os seres humanos com suas necessidades informacionais (UNGER, 2006). O mesmo autor complementa que

os regimes de informação são constituídos por políticas originadas de órgãos privados ou governamentais, abrigam no seu seio pessoas de diferentes camadas sociais e econômicas que têm necessidades informacionais basicamente advindas de sua condição profissional e nível de participação cultural. As ofertas informacionais dos regimes de informação são advindas de meios de comunicação de massa, pela mídia eletrônica, academias de ensino e pesquisa, organismos governamentais e não-governamentais, agências de fomento, associações de classe, instituições religiosas e etc. (UNGER, 2006, p. 28).

A utilização do conceito de regime de informação tem por objetivo compreender os problemas informacionais de uma determinada formação social, uma vez que permite explorar o fluxo informacional a partir das relações desta com o Estado. A aplicação desse conceito está diretamente relacionada com a evolução tecnológica e com a dimensão estratégica que a informação adquiriu nas políticas públicas como fator essencial para o desenvolvimento.

Para Unger (2006) os regimes de informação sempre estiveram presentes na sociedade. O fato é que os mesmos ganharam relevância com o desenvolvimento da Sociedade da Informação, condicionada pelo avanço tecnológico e pelo fluxo intenso de informações. Ainda para o autor, é nesse ambiente de alta conectividade e de

compartilhamento de informações que estão configurados os regimes de informação na sociedade contemporânea.

Carvalho (2009, p. 20) identifica nas características de um regime de informação elementos que podem ser utilizados como ponto de partida para a construção de políticas nacionais de informação. Segundo a autora, o conjunto de diferentes regimes de informação, “cada um relativo a objetos, artefatos e aspectos informacionais específicos, pode-se pensar na discussão de uma política nacional de informação que englobe e transcenda os regimes de informação que lhe serviram de base”. O conceito de regime de informação oferece condições favoráveis à definição do que seja uma política de informação, que segundo González de Gómez (1999, p. 69) reflete um “conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro políticas”.

Apoiando-se na perspectiva de um regime de informação, as bibliotecas universitárias serão analisadas como as estruturas organizacionais responsáveis pela mediação da informação ao seu consumidor no contexto que está inserida, a universidade. Assim, a identificação das variáveis internas (função, missão, ações e atores) que compõem o regime das bu's, assim como a influências externas que sofreu ao longo de sua formação auxiliará para a compreensão do estado atual das políticas nacionais de informação para bibliotecas universitárias.

6 AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

O acelerado crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) marca o desenvolvimento da educação contemporânea no Brasil. Sendo estas públicas ou privadas, houve a busca por melhorias na qualidade do ensino e, conseqüentemente, desencadeou o processo de competitividade entre as mesmas. Segundo Silva e Albuquerque (2007, p. 243)

as IES e principalmente as universidades desempenham um papel bastante importante na sociedade, pois são responsáveis pela geração / produções de saberes, formação de competências, disseminação de conhecimentos e em atender as necessidades educacionais, culturais, tecnológicas e científicas da sociedade.

Neste contexto, as bibliotecas universitárias aparecem como elementos fundamentais e diferenciadores no processo educacional. As bu's adquirem consciência do seu papel de mediação no uso das fontes de informação e da sua responsabilidade pela organização, preservação e disseminação do patrimônio informacional da universidade (SILVA; ALBUQUERQUE, 2007).

De acordo com Leitão (2005, p. 24) as

bibliotecas não existem de forma independente da sociedade e das instituições às quais se vinculam. Elas acompanham as tendências que se verificam na vida social, em especial aquelas relacionadas ao campo do conhecimento e da educação.

As bibliotecas universitárias “são na sua essência núcleos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, pólos de disseminação do conhecimento e importante portal de acesso a informações para o desenvolvimento de projetos e pesquisas” (NUNES; SANTOS, 2007, p. 74). Sendo assim, o funcionamento das bibliotecas universitárias pauta-se nas atividades de organização, preservação e disseminação de toda produção científica adquirida e produzida pela universidade (SILVA; ALBUQUERQUE, 2007).

Em linhas gerais, a atuação das bibliotecas como uma organização, segundo Araújo e Oliveira (2005, p. 38) assume as seguintes funções:

função gerencial→ administração e organização;

função organizadora→ seleção, aquisição, catalogação, classificação, indexação;

função divulgação→ referência, empréstimo, orientação, reprografia, serviços de disseminação, extensão.

Nessa perspectiva, Rodrigues e Dumont (2004, *on-line*) identificam três propriedades para que estas funções sejam concretizadas:

propriedades materiais — incluem coleções de documentos (que representam o conhecimento) e equipamentos especializados;

propriedades organizacionais — dizem respeito ao conjunto de estruturas administrativas e de pessoal; e

propriedades intelectuais — engloba a idéia de sistema (sistema de classificação, estrutura de catalogação, política de seleção).

Sob um enfoque sistêmico Fujita (2005, *on-line*) considera a universidade como um macrosistema que se compõem de docentes, alunos, servidores técnico-administrativos, pesquisadores. Já a biblioteca universitária, como um microsistema, “constitui-se como sistema de informação dotada de infra-estrutura física de armazenagem, organização e recuperação de conhecimentos e de pessoas que realizam as atividades técnicas e administrativas”. Desse modo, a biblioteca universitária pode ser considerada em seu contexto mais amplo, como “um sistema de informação que é parte de um sistema de informação acadêmico, no qual, a geração de conhecimentos é o objeto da vida universitária” (FUJITA, 2005, *on-line*). A gestão de uma biblioteca universitária não pode estar desvinculada das ações/comportamento da instituição que faz parte. Compreender a universidade enquanto organismo que utiliza a informação para a geração de conhecimento torna-se claro a função da biblioteca universitária como intermediadora ao realizar os processos de organização, acesso e preservação do conhecimento produzido. O processo de socialização do conhecimento na universidade serve de base para o desenvolvimento das principais atividades das bu's.

Fujita (2005, *on-line*) considera que as funções da biblioteca universitária derivam dessa dinâmica social e se resumem em:

Armazenagem do conhecimento: desenvolvimento de coleções, memória da produção científica e tecnológica, preservação e conservação;

Organização do conhecimento: qualidade de tratamento temático e descritivo que favoreça o intercâmbio de registros entre bibliotecas e sua recuperação;

Acesso ao conhecimento: a exigência de informação transcende o valor, o lugar e a forma e necessita de acesso. Por isso devemos pensar não só em fornecer a informação, mas possibilitar o acesso simultâneo de todos.

A mesma autora observa, ainda, que o desempenho efetivo destas três funções dependerá da existência de pessoal capacitado, de políticas institucionais e de requisitos voltados para a infraestrutura física e de materiais que se desdobram em: pessoas com conhecimento teórico-prático; visão sistêmica para uma gestão estratégica; política de rede e sistema de informação; tecnologia de comunicação de dados para conexão com outros sistemas de informação.

Ao contextualizar a biblioteca universitária como um sistema de informação que “é parte de um sistema de informação acadêmico, mas, por outro lado, integra sistemas de informação locais, regionais, nacionais e internacionais” percebe-se a amplitude das relações que esta deve estabelecer com o meio social, político e econômico (FUJITA, 2005, *on-line*). A autora acredita que observar as bu's através de um enfoque sistêmico nos permite identificar a “inserção da biblioteca universitária em um meio ambiente acadêmico com ampla função social, no qual as pessoas são os principais valores, porque são portadoras de conhecimento e agentes da geração e consumo de conhecimento”.

6.1 DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL

As bibliotecas universitárias trouxeram em seu histórico de formação o atraso decorrente do desenvolvimento tardio das universidades. O ensino superior no Brasil, até as primeiras décadas do século passado, era praticado por meio de faculdades ou escolas superiores isoladas. Somente na primeira metade do século XX que se instituiu a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920. Esse cenário explica grande parte da morosidade nos processos de organização e disseminação das informações para auxiliar as pesquisas nas universidades (RAMOS, 2004).

A partir da década de 1950, a biblioteca universitária foi palco de várias mudanças. A implantação da política de ciência e tecnologia no país garantiu que recursos fossem destinados a bu's, dotando-as de infraestrutura condizente com as necessidades informacionais dos pesquisadores e para o desenvolvimento de técnicas de controle, armazenamento e disseminação de informações (OLIVEIRA, 2010).

Outro momento importante foi a Reforma Universitária de 1968, no qual as universidades brasileiras foram reestruturadas para legitimar o momento político que o país vivia. Essa reforma trouxe mudanças às mesmas, pois traçou os seus “objetivos de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os propósitos do desenvolvimento nacional, responsabilizando-as pelas atividades de planejamento e oferta do ensino da ciência e tecnologia”. Desse mesmo ponto de vista, as bibliotecas universitárias também deveriam seguir estes princípios, “de forma homogênea e compromissada com o desenvolvimento nacional, e com a formação do indivíduo” (RAMOS, 2004, p. 69).

Após a Reforma Universitária de 1968, significativas mudanças alteraram o formato administrativo das bu's. Segundo Silva e Garcia (2009, *on-line*) estas

tiveram que se adaptar para funcionar como sistemas e compor um conjunto amplo e diversificado de sistemas de informação, com maior complexidade administrativa, demandas de acervos e serviços, expectativas de atuação profissional frente aos cursos de pós-graduação e serviços de informação especializados. Acrescenta-se a isso a crise financeira da década de 1970, que atingiu as bibliotecas e o setor de informação de modo geral, sofrendo reduções drásticas de investimentos, o que gerou uma série de problemas.

Desse cenário, pode-se concluir que

a política de ciência e tecnologia dos anos 50/60 e a Reforma Universitária de 1968 foram marcos na evolução da biblioteca universitária, com o desenvolvimento técnico na área de biblioteconomia e o provimento de infraestrutura necessária ao atendimento do usuário e ao aperfeiçoamento das técnicas de organização bibliográfica (OLIVEIRA, 2010, p. 58).

Apesar do apoio recebido pela reforma de 1968, este não foi suficiente para enquadrar as bu's na Lei 5.540 do mesmo ano, que fixa as normas para organização e funcionamento do ensino superior. Lima⁶ (1978, p. 13 citado por SILVA, E. M. da, 2009, p. 34) observa que “inexplicavelmente, em documentos preparatórios ou de avaliação da chamada reforma do ensino superior brasileiro, não se faz qualquer alusão às bibliotecas e ao papel que lhes caberá representar dentro do novo conceito de universidade”.

A reestruturação das universidades e, conseqüentemente, das bu's não foi suficiente para integrá-las ao ambiente universitário. A postura conservadora e fragmentada na construção do conhecimento nas universidades – reflexo da maneira como as mesmas

⁶ LIMA, E. **A biblioteca no ensino superior**. Brasília: ABDF, 1978. 23 p. Convênio CAPES/ABDF. Trabalho apresentado no VIII CBBB, Brasília, 1975.

se originaram – também refletia na forma de atuação das bibliotecas universitárias. Estas trabalhavam “de maneira fragmentada, afastadas dos objetivos das universidades e cresciam desordenadamente, não refletindo seu acervo as necessidades da comunidade acadêmica” (OLIVEIRA, 2010, p. 59).

Lubisco (2001, p. 73) enfatiza que

se àquela época o planejamento da universidade brasileira estava desvinculado do contexto e o ensino universitário caracterizava-se pela pobreza de metodologias, isto “provocou [...] idêntica indefinição dos objetivos de suas bibliotecas” (LIMA, 1978, p.12). [...] Por isso mesmo, se o planejamento global da universidade for reduzido apenas à ótica do ensino, será fácil depreender também sua desatualização em relação às demandas: a pobreza das metodologias adotadas limitava-no ao professor, à sala de aula, à apostila e ao livro-texto. Diante disso, pode-se chegar à [...] conclusão lógica: a biblioteca era inútil. Assim, sob esse ponto de vista, não chega a causar surpresa a omissão do tema biblioteca no texto da Lei da Reforma..

As reações em torno da situação vivida pelas bibliotecas foram observadas através de nomes representativos da área como Maria Luísa Monteiro da Cunha, Abner Lellis Vicentini, Edson Nery da Fonseca, Caetano Dias, Etelvina Lima, e com o apoio de intelectuais como Rubens Borba de Moraes e Anísio Teixeira. Estes realizaram estudos e visitas técnicas a centros de informação mais avançados na tentativa de comprovar a relevância da biblioteca para a universidade (LUBISCO, 2001). Nesse momento, já se idealizava a formulação de um sistema ou plano nacional de bibliotecas universitárias.

Ferreira⁷ (1980 citado por SILVEIRA, 1991, p. 43) destaca algumas iniciativas que foram desenvolvidas no intuito de integrar a biblioteca universitária aos objetivos da universidade.

Discussões e estudo da problemática pelos profissionais em diversos eventos de Biblioteconomia e Documentação;

Reuniões específicas de diretores de bibliotecas centrais universitárias, com representação de vários estados brasileiros;

Estabelecimento de grupos de trabalho e comissões para estudar os problemas das bibliotecas universitárias.

⁷ FERREIRA, L. S. **Bibliotecas universitárias brasileiras**: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo: Pioneira, Brasília: INL, 1980. 118p.

Outra iniciativa importante da área foi a organização de Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBUs) em 1978 e que, ainda hoje, representam o principal evento voltado para discutir questões das bibliotecas universitárias.

... estes eventos têm assegurado, juntamente com o movimento associativo, se não uma coordenação nacional, uma articulação e um intercâmbio entre os dirigentes e os profissionais da área sobre questões que envolvem a biblioteca universitária, tais como, planejamento e gestão; técnicas e tecnologias relacionadas à coleta, indexação, organização, disseminação e uso da informação; serviços, produtos e cooperação; desenvolvimento de recursos humanos, enfim, todas as variáveis que envolvem a atuação das bibliotecas no contexto acadêmico. Esses eventos têm ensejado, ao longo do tempo, a instauração de uma cultura própria e de uma visibilidade do setor (LUBISCO, 2001, p. 81).

Apesar de não ter sido incluída nos documentos da Reforma Universitária de 1968, as bu's foram beneficiadas com as diretrizes de ação estabelecidas no projeto da reforma. Esse movimento alavancou discussões para a criação de um plano que tivesse como objetivo formular uma política nacional para as bibliotecas universitárias. No contexto destas ações diversos documentos foram apresentados no 4º SNBU e serviu de referência para a formulação do 1º Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNBU⁸, em 1986.

A implementação de outra ação – o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PROBIB) em 1990 –, sob a responsabilidade da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC constituiu também uma tentativa de resolução dos problemas estruturais das bu's. A sua implantação iniciou-se com a criação dos projetos BIBLOS e PAP, ambos orientados para a recuperação dos acervos das bibliotecas no que se refere a livros e a periódicos, respectivamente (CHASTINET, 1989; GARCIA, 1991).

Chastinet (1989) destaca os dez programas implementados pelo PROBIB: o Programa de Pesquisas, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos para Bibliotecas Universitárias (PET); o Programa de Ação Planificada de Periódicos para Bibliotecas das IES (PAP); a Central de Duplicatas de Periódicos; o Projeto BIBLOS (financiamento de livros para a graduação); a Central de Catalogação Cooperativa – apoio à Rede BIBLIODATA; a Automação de Bibliotecas; a Cooperação Nacional (orientação técnica às BUs); o Apoio a projetos específicos; o Apoio à realização de eventos; e à Produção de documentos.

Uma problemática vivenciada pelas bu's ao longo de sua formação foi a aquisição e manutenção das assinaturas de periódicos. Entre os anos de 1987 e 1991, por

⁸ O PNBU será detalhado no próximo capítulo.

exemplo, as assinaturas eram realizadas com recursos do PAP. Com a suspensão do PAP em 1991 - e durante os anos que se seguiram, até 1995 - as instituições deveriam realizar a renovação total de suas assinaturas com recursos próprios, o que acabou sendo inviabilizado devido à insuficiência de verbas. Isto porque os recursos repassados pelo Governo Federal para renovação das assinaturas de periódicos foram dramaticamente reduzidos ao longo dos anos, impedindo a manutenção de títulos correntes e a assinatura de títulos novos (ANDIFES⁹, 2000 citado por ODDONE; MEIRELLES, 2006).

No intuito de solucionar o problema, garantindo a aquisição das assinaturas referentes a 1995 e a complementação das coleções interrompidas nos anos anteriores a CAPES criou em 1995 o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP). Este tinha por objetivo fortalecer as coleções científicas das IES, inicialmente, os periódicos em formato impresso, onde as instituições efetuavam suas próprias aquisições, evoluindo para o formato eletrônico em 2000. Este cenário criou condições para o desenvolvimento do Portal de Periódicos da Capes, o maior portal brasileiro de informação científica.

As autoras Chastinet (1989) e Garcia (1991) de acordo com A. M. M. Silva (2009) destacam que um dos fatores de fundamental importância para o desenvolvimento e implementação de projetos voltados para as bu's, foi a inovadora e ampla participação dos bibliotecários. Para Garcia (1991, p. 6) essas ações foram inspiradas pela "prática do espírito democrático, reconquistado à época com a redemocratização do país e o respeito à liberdade no que se refere à autonomia das instituições e à opinião das pessoas".

A. M. M. Silva (2009) ainda destaca outro ponto de concordância entre as autoras Chastinet (1989) e Garcia (1991) que se refere à importância da realização dos Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBUs). Garcia (1991, p. 5) afirma que os SNBUs propiciaram a construção da "consciência crítica da biblioteca universitária, confrontada com dificuldades crescentes, somadas às dificuldades anteriores relacionadas a condições históricas e culturais de institucionalização precária das atividades de informação e documentação nas universidades brasileiras".

Importante destacar que durante a realização do VI SNBU, financiado com recursos do PNBu em 1987, foi criada, por iniciativa da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), que até momento, tem a responsabilidade de representar os interesses políticos e as demandas das bibliotecas das IES. Esta foi "instituída com a meta principal de elaborar diagnóstico da situação das bibliotecas universitárias brasileiras, mapear suas

⁹ ANDIFES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. Não há ciência ou inovação sem informação. Linha Direta UNB, Brasília, n. 8, 12 out. 2000.

características e disponibilidades, visando intensificação de intercâmbio e de programas cooperativos entre elas” (SILVA, E. M. da, 2009, p. 34).

As ações empreendidas pela CBBU, ao longo dos anos, têm ganhado destaque em participações como membro da Comissão de avaliação do portal da CAPES; nas ações articuladas com a CAPES, IBICT, MEC/Sesu, INEP/DAES; na consolidação em consórcios na aquisição de bases de dados para bibliotecas universitárias. Além disso, visa contribuir para a geração da Base de Dados Internacionais para indexação de artigos e de periódicos de autores brasileiros. Percebe-se que a CBBU teve grande participação nas decisões políticas relativas ao desenvolvimento de acervos para as bu's. Como visto, estabeleceu participação efetiva nas ações relacionadas aos consórcios que deram origem ao Portal de Periódicos Capes¹⁰.

A CBBU tem como principal missão

... promover a formulação de políticas públicas em áreas de interesse, para incentivar a cooperação, o compartilhamento de serviços e produtos, a realização de projetos e pesquisas, a elaboração e editoração de documentos técnico-científicos, a organização de eventos, visando à consolidação da educação continuada e à representação das Bibliotecas Universitárias junto a órgãos governamentais e a comunidade científica brasileira (CBBU, 2011, *on-line*).

A gestão da CBBU (2011, *on-line*) baseia-se nos seguintes princípios:

- Organizar encontros de Bibliotecas Universitárias em todas as Regiões do Brasil.
- Propor e contribuir com o INEP no estabelecimento de novos critérios para avaliação das Bibliotecas Universitárias.
- Propor metodologia e credenciar a CBBU como órgão de Certificação da Qualidade das Bibliotecas Universitárias, criando o selo — “BIB Qualidade”.
- Propor políticas de otimização, integração e compartilhamento de recursos informacionais disponíveis nas Bibliotecas Universitárias.
- Apoiar a FEBAB na educação continuada dos profissionais das Bibliotecas Universitárias associadas a CBBU.
- Realizar estudos visando à integração dos catálogos das Bibliotecas Universitárias associadas CBBU.

¹⁰ COORDENADORA da BU da UDESC é Conselheira da Região Sul I na CBBU. Biblioteca UDESC – Notícias. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/6/not_cias.pdf>. Acesso em: 19 out. 2011.

- Atuar em parceria com o Portal de Periódicos da CAPES na sugestão de novas fontes para inclusão no Portal e na divulgação junto às comunidades acadêmica.
- Propor junto aos governamentais estadual e federal e associações brasileiras ligadas ao ensino superior: Criação de um Programa Nacional de Remodelação e Expansão das Bibliotecas Universitárias; Formulação ou adequação de políticas públicas em relação a Bibliotecas Universitárias, visando à melhoria constante de produtos e serviços oferecidos às comunidades acadêmicas; Dar continuidade a publicação da Revista Informação e Universidade, com a adoção de critérios exigidos para a indexação e visibilidade em bases de dados internacionais; Buscar e disseminar ferramentas inovadoras de gestão para as Bibliotecas Universitárias.

Em 1998 a Comissão passou por uma reestruturação administrativa, a partir da qual passou a contar com representantes regionais, por meio de Conselheiras que são as diretoras dos Sistemas de Bibliotecas de cada Instituição participante. Assim, a comissão composta por Diretoras de Bibliotecas Universitárias, públicas e privadas, fica encarregada, entre outras ações, de fazer estudos periódicos com os representantes regionais a fim de indicar as principais diretrizes e lutar pelo aperfeiçoamento das bu's.

As bibliotecas universitárias contam apenas com a CBBU para intermediar o diálogo entre as bu's e o governo. No entanto, a gestão administrativa da comissão trabalha voluntariamente, o que implica, segundo E. M. da Silva (2009, p. 97), numa administração repleta de restrições. Essas restrições têm por base dois fatores: "1) tempo limitado dos coordenadores, que cumprem com obrigações em postos de trabalho e dedicam apenas parte do tempo livre para coordenação; 2) recursos financeiros praticamente inexistentes".

Esses fatores atrelados a falta de reconhecimento da área sobre a importância de se ter um órgão para representá-la no cenário político, participando de projetos e pesquisas que subsidiem a formulação de políticas públicas para as bu's, ilustra a questão da ausência de representatividade política e institucional dos bibliotecários. Apesar da luta e papel político representado pela CBBU em prol das bibliotecas universitárias do país, esta ainda não foi suficiente para criar uma cultura política no Brasil favorável às mesmas.

6.1.1 O Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNB

O processo de discussão que se estendeu nos três primeiros SNBU's transformou-se em força propulsora para a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), em 1986.

O desenvolvimento do documento base para a elaboração PNB resultou das pesquisas realizadas pelo IBICT e nas recomendações dos trabalhos apresentados no IV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) no ano de 1985. O documento defendia a adoção de um padrão de qualidade para as universidades, assim como padrões de organização para os serviços bibliográficos, a fim de garantir a consolidação de um Sistema Nacional de Bibliotecas (GARCIA, 1991).

O PNB resultou de movimentos articulados por bibliotecários universitários e de funcionários da administração federal ligados a programas de desenvolvimento das universidades, dos cursos de pós-graduação, dos grupos e instituições de pesquisa e dos sistemas e serviços de informação científica e tecnológica (GARCIA, 1991).

Em linhas gerais, o PNB se desenvolveu em seis áreas-problema ou de desenvolvimento:

- planejamento organizacional; financeiro; recursos humanos e físicos;
- formação e desenvolvimento de coleções;
- processamento técnico dos documentos;
- automação de bibliotecas;
- usuários e serviços; e
- atividades cooperativas.

Desses seis alvos de atuação do PNB originaram-se 12 diretrizes desdobradas em 46 ações (em anexo).

A concretização do PNB¹¹ foi dada com a portaria nº 288, de 24/04/86, do Ministério da Educação (MEC) com os seguintes objetivos (GARCIA, 1991, p. 9):

- a) harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior nas áreas de informação e documentação, otimizando a prestação de serviços aos usuários;
- b) integrar ações dos órgãos e setores do MEC incumbidos de atividades ligadas às bibliotecas universitárias;

¹¹ A institucionalização do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias ocorreu quatro anos depois, pelo Decreto número 98.964, de 16/02/1990, com o nome de Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior – PROBIB (RAMOS, 2004, p. 77).

- c) assessorar o Ministro de Estado da Educação, através da SESu, em matéria referente às bibliotecas universitárias.

Ramos (2004, p. 77) baseia-se na descrição de Garcia (1991) e destaca as principais metas do PNBU:

- estabelecimento de um percentual mínimo orçamentário da universidade a ser investido no sistema de bibliotecas;
- aperfeiçoamento e atualização contínua do profissional bibliotecário e auxiliares (pessoal de apoio);
- elaboração de instrumentos que auxiliem a biblioteca universitária na elaboração da política de formação e desenvolvimento de coleções do acervo;
- estabelecimento de normas, padrões e metodologias que propiciem um eficiente processamento técnico;
- estabelecimento de uma rede de intercâmbio de dados bibliográficos e documentários, com a contribuição de um banco de dados central de grande porte, visando a catalogação cooperativa, o empréstimo interbibliotecário, a comutação bibliográfica, etc.;
- divulgação de metodologias para o relato das necessidades de informação dos usuários, previamente identificadas;
- integração das bibliotecas universitárias em programas de cooperação, aquisição, sistemas especializados, etc.

Além disso, Lubisco (2001, p. 82) observa que as metas traçadas no documento trouxeram novas considerações quanto:

- a) a concepção de informação como valor de mercado;
- b) a intenção de que o documento-base do PNBU se constituísse numa expressão da política governamental para o setor, sintonizada com as políticas de ciência e tecnologia;
- c) que dispusesse de condições objetivas de operacionalização (diretrizes e ações);
- d) e que fosse resultado de uma participação coletiva.

Oliveira (2010, p. 62) relata as principais dificuldades enfrentadas na implementação do PNBU. A primeira delas relaciona-se com a criação de uma biblioteca central, já que as faculdades isoladas, bem como suas bibliotecas prezavam sua autonomia original, e a criação de uma biblioteca central ameaçava tal autonomia. A outra dificuldade diz respeito à redução orçamentária causada pela crise econômica dos anos 80, que

restringiu os investimentos nas universidades e, conseqüentemente, nas bu's. Também foi evidenciado problemas quanto à participação dos bibliotecários nas discussões e implementação do plano, devido principalmente às dimensões continentais do país. Além da falta de recursos específicos para o PNB, este também não dispunha de uma equipe permanente e com dedicação exclusiva para conduzir o plano.

A idéia principal de transformar as bibliotecas universitárias em uma rede nacional de informação foi limitada por um conjunto de questões de cunho político, financeiro e cultural. Garcia (1991, p. 26) destaca seis pontos que seriam desenvolvidos com a permanência do PNB:

- a) consolidação do entendimento da “questão biblioteca” no cenário nacional;
- b) visibilidade da ação coordenadora do MEC na promoção do desenvolvimento das bibliotecas universitárias;
- c) necessidade de estabelecer mecanismos formais e regulares de atuação junto à direção das universidades;
- d) abertura de espaço para a ação conjunta de pesquisadores/docentes da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação e profissionais responsáveis pela gerência das bibliotecas universitárias;
- e) demonstração de que o desenvolvimento das bibliotecas universitárias repousa no trabalho cooperativo e mecanismos de intercâmbio;
- f) possibilidade de configuração de um Sistema Nacional de Bibliotecas de Ensino Superior.

Apesar dos problemas registrados e da posterior desativação do Plano na década de 1990, o PNB trouxe grandes avanços técnicos para a área de biblioteconomia e em infraestrutura para as bibliotecas universitárias (OLIVEIRA, 2010). Também no que diz respeito a “capacitação de pessoal e, principalmente, à possibilidade de desenvolver uma visão da biblioteca universitária não só integrada à vida acadêmica, mas à vida do País” (LUBISCO, 2001, p. 83).

Por fim, Garcia (1991, p. 32) considera que o

PNB foi uma experiência pioneira de planejamento e atuação sistemática no desenvolvimento das bibliotecas universitárias federais, que teve como resultado principal estender a problematização da biblioteca universitária à administração das universidades, às agências de Ciência e Tecnologia, e, de uma certa forma, ao próprio MEC, que depois do PNB, incorporou alguns procedimentos de atendimento às demandas orçamentárias das bibliotecas.

6.2 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E ICT

No complexo formado para a consolidação da ICT brasileira, destacam-se as bibliotecas universitárias que, desde a Reforma Universitária de 1968, vinham reivindicando recursos e condições favoráveis para o desempenho de suas atividades. Também reivindicavam uma política ou órgão que as representassem junto ao governo, já que o IBICT trabalhava com o setor da informação científica e tecnológica como um todo e não exclusivamente das bibliotecas universitárias. Neste cenário, algumas iniciativas, como o desenvolvimento do PNBU representou preocupações dos profissionais bibliotecários quanto a inserção das bu's no universo da ICT.

... o contexto político de ICT nas décadas de 60 e 70 era representado pela ausência de diretrizes na área de informação, originando iniciativas particulares e dispersas dirigidas a resolução de problemas específicos, em detrimento do atendimento das necessidades de informação do país com projetos e metas a longo prazo. Essas iniciativas esbarravam na escassez de recursos, contribuindo para a descontinuidade ou interrupção das ações. Com a ausência de diretrizes os recursos estavam sendo usados de forma dispersa e não conseguiam beneficiar em grande escala nem as diferentes especialidades científicas e técnicas, nem as instituições, e os indivíduos (SILVA, E. M. da, 2009, p. 38).

Os esforços para efetivar a ICT eram dificultados pelas conjunturas políticas, por problemas legais e econômicos e pelas necessidades de infraestrutura, tais como (SILVA, E. M. da, 2009, p. 38):

- necessidade de expansão de acervos;
- expansão de serviços bibliográficos;
- barreiras legais, burocráticas e econômicas que se interpunham ao acesso à informação/documentação estrangeira, como por exemplo: restrições legais a aquisição de materiais bibliográficos importados, dificultando o acesso a materiais bibliográficos em fitas magnéticas e microfimes; censura prévia a materiais advindos do exterior;
- falta de solução legislativa sobre o depósito legal, ocasionando diversos problemas para o controle da bibliografia nacional;
- pouco incentivo para automação de serviços de informação nas bibliotecas;
- os meios de comunicação da época - correios, telefonia e telex – eram extremamente onerosos o que ocasionava atrasos em atividades de intercâmbio de materiais e documentos de outras universidades e países;

- disparidades regionais em ICT, com grande concentração de recursos humanos e sistemas de informação em poucos estados do sudeste;
- situação dos principais sistemas, centros e serviços de informação/documentação em C&T.

A identificação das bibliotecas universitárias nos programas de ICT limitou-se as décadas de 1980-90 com ênfase em automação e aquisição de livros e periódicos e realização de cursos de especialização. A partir daí o cenário de desenvolvimento de políticas de ICT no Brasil é marcado por ações descontínuas, refletindo em políticas que, muitas vezes, não atendem as necessidades e perspectivas das bibliotecas e dos usuários.

A partir deste período, as iniciativas na área da ICT, especificamente no setor das bibliotecas, se voltaram para a disponibilização de ICT e para a produção científica por meio da internet, como são os exemplos do portal de periódicos, os bancos de teses e dissertações e as bibliotecas digitais e temáticas (SILVA, E. M. da, 2009, p. 15).

Dada a necessidade crescente de acessar informações e mantê-las organizadas, houve investimento maciço “na produção de grandes bancos de dados, desenvolvimento de linguagens, investimentos em bibliotecas, centros de informação e documentação, órgãos por natureza armazenadores e distribuidores de estoques de informações científicas e tecnológicas” (SILVA, E. M. da, 2009, p. 14).

Diante dessas mudanças, tornou-se viável a criação e implementação de uma política que, de acordo com E. M. da Silva (op. cit.) “regulasse a geração, fluxos e usos da informação; organizasse os canais formais e informais de produção e distribuição e, ainda, solucionasse relações e conflitos entre produtores e receptores de informação”. Assim,

diversos organismos foram criados e, posteriormente, reformulados perdendo suas características e autonomia, outros foram considerados como úteis e essenciais, mas posteriormente esquecidos como as bibliotecas universitárias. Estas, apesar de grande esforço, não conseguiram expressão e lugar nas políticas de ICT brasileira, porém, a cobrança pela oferta de serviços com qualidade, incorporação de novas tecnologias e modelos de gestão, aumentaram inversamente ao volume de investimento que receberam (SILVA, E. M. da, 2009, p. 15).

Ao longo de seu desenvolvimento, as bibliotecas universitárias brasileiras vêm sofrendo com o corte de verbas, queda de prestígio, enfraquecimento e falta de funcionários qualificados para acompanhar as mudanças impostas pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Segundo E. M. da Silva (2009, p. 33) “esses fatores são reflexos da

situação conjuntural do país que não entendeu, em seu conjunto, a importância da informação e dos canais formais e informais de geração, fluxo e disponibilização desta como fator estratégico de expansão científica e tecnológica”.

O quadro a seguir sintetiza os principais acontecimentos que influenciaram as ações de ICT e das bibliotecas universitárias.

QUADRO 3 – Síntese dos acontecimentos que influenciaram as ações da ICT

PERÍODO	ACONTECIMENTOS	ICT	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
DÉCADA 50	UNESCO, CNPq, Capes, IBBD	IBBD	IBBD
DÉCADA 60	Golpe de 64, Reforma universitária de 68, Plano Quinquenal de Desenvolvimento Cient.	Reformulação do CNPq	Reforma universitária
DECADA 70	PND, PBDCT (I, II), PNPq, Reformulação CNPq, IBICT	I PBDCT, SNDCT, SNICT, Mestrado CI	IBICT, SNBU, iniciativas dispersas
DÉCADA 80	III PBDCT PADCT	Ação Programada em ICT Subprograma em ICT	PNBU, CBBU
DÉCADA 90	Uso intensivo da internet, SOCINFO	Reformulação dos investimentos e a volta das iniciativas particulares.	Desativação do PNBU/PROBIB, Criação das bibliotecas virtuais
2000-	Capes IBICT	Portal de periódicos Banco de teses	?

FONTE: Silva, E. M. da, 2009, p. 47

As bibliotecas universitárias, no discurso político, são sempre consideradas peças fundamentais para o desenvolvimento científico, atuando como órgão de apoio à pesquisa nas universidades. Passou por momentos de prestígio e relevância tendo destaque nas pautas políticas, mas sofreu com a descontinuidade das ações governamentais. Hoje, esta questão ainda assombra as bibliotecas universitárias e os seus profissionais.

6.3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A informação, reconstituída pela sociedade da informação, é o elemento chave de comunicação e de harmonização do indivíduo com o mundo. Por isso, o acesso a ela torna-se “imprescindível, vital, imperativo, potencial, obrigatório, necessário, além de garantir ao indivíduo maior liberdade na capacidade de escolha e de decidir por si e pelo melhor da sociedade, pois ela é condição básica à eficácia de qualquer tomada de decisão” (MIGUEL; AMARAL, 2007, *on-line*).

Neste cenário, as universidades e as suas bibliotecas são estratégicas, pois são ambientes que geram conhecimento, transformando-o em vantagens competitivas, o que representa riqueza e crescimento para um país.

Dentro desta perspectiva, é inegável a atuação das universidades em benefício da sociedade, principalmente porque visam a formar e capacitar pessoas, a incentivar a produção, o registro do conhecimento e a apoiar o desenvolvimento de pesquisas e as atividades de extensão, fortalecendo o país como um todo. Da mesma forma, as bibliotecas universitárias, ao apoiarem as atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades, têm papel preponderante no desenvolvimento da sociedade, pois são mediadoras no processo de geração e produção do conhecimento (DIB; SILVA, 2006, p. 21).

As bibliotecas universitárias foram diretamente impactadas pelo desenvolvimento da Sociedade da Informação. Cada vez mais o processo de gestão, produção e oferta de serviços de informação são orientados para atender a uma demanda diferenciada, caracterizada pela necessidade informacional de cada indivíduo.

Para Sousa e Fujino (2009, *on-line*) um dos maiores desafios das bibliotecas nos últimos anos é acompanhar o advento das novas tecnologias e conquistar um público que tem desenvolvido sua pesquisa, principalmente, através da internet. A “sua capacidade de apresentar-se quase infinita, sem fronteiras espaciais, veloz e acessível” desafia a sobrevivência dos serviços tradicionais das bibliotecas. Ao mesmo tempo em que a internet é grande aliada da biblioteca tradicional ao somar aos seus serviços tradicionais muitas opções de serviços e produtos eletrônicos e virtuais, tais como textos em formato digital, catálogos e comunicação em rede, através dos e-mails, blogs, comunidades virtuais entre outros; também se torna refém frente a novas possibilidades trazidas pelos populares motores de busca. Conforme Cunha (2000, p. 80) “à medida que a informação digital se

expande, as bibliotecas universitárias enfrentam os desafios de prover fácil acesso desses documentos a seus usuários".

Miguel e Amaral (2007, *on-line*) destacam os principais impactos das TIC nas bibliotecas e serviços de informação acadêmicos ou de pesquisas: número crescente de publicações diretamente em meio eletrônico; enorme facilidade de acesso a documentos eletrônicos disponíveis na rede; grande número de usuários acessando ao mesmo tempo a informação desejada. Também identificam as consequências da questão anterior: dificuldade de identificar a informação relevante nesta caótica teia global; ausência de contato direto com os usuários no caso de uma biblioteca sendo acessada via Internet; novas maneiras de realizar o serviço de referência e necessidade de planejamento cuidadoso da interface entre usuário e biblioteca virtual; necessidade de novas metodologias ou de extensões das antigas metodologias biblioteconômicas para tratamento destes recursos; decréscimo relativo da importância de políticas de desenvolvimento de coleções e manutenção de acervo próprio.

Outro impacto a ser considerado refere-se à atuação dos profissionais bibliotecários. As bu's passam por um momento de adaptação de seus profissionais ao uso das tecnologias de informação e comunicação. Este contexto "requer criatividade por parte dos bibliotecários no uso dos serviços disponíveis, na sua combinação com os serviços bibliotecários tradicionais e na criação de novos serviços informacionais". Aos profissionais também cabe refletir sobre a mudança da filosofia bibliotecária baseada menos no suporte físico e mais na própria informação, pois a postura adotada é determinante para facilitar a inclusão do usuário na sociedade da informação (MIGUEL; AMARAL, 2007, *on-line*).

Um dos problemas que até hoje debilita a qualidade dos serviços das bibliotecas universitárias é a questão financeira. A falta de orçamentos próprios para as mesmas já era percebido como problema desde a década de 1970.

... as bibliotecas ainda são unidades suplementares, ou seja, dependem dos recursos destinados pelas universidades e, principalmente, da capacidade de negociação do gestor da biblioteca ou do sistema de bibliotecas em convencer os reitores da importância da realização de projetos, compra de equipamentos, atualização do sistema de segurança, mudança de software etc. (SILVA, E. M. da, 2009, p. 94).

Cláudia Lux (2007) – à época presidente da *International Federation of Libraries Associations and Institutions* (IFLA) – faz uma discussão sobre como incluir as bibliotecas nas agendas governamentais e nos órgãos de decisão em diferentes níveis, regionais e nacionais.

A autora trabalha com três elementos principais para a introdução das bibliotecas na agenda política. O primeiro diz respeito à representação das bibliotecas junto ao governo ou estado, em nível nacional, incluindo o papel das associações bibliotecárias nacionais. Para este propósito, a autora argumenta que “em nível nacional, há uma melhor chance de introduzir as bibliotecas na agenda, quando as mesmas estiverem vinculadas a tópicos específicos da Sociedade da Informação” (LUX, 2007, p. 16). Neste caso, cita o exemplo da Conferência Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) que a IFLA utilizou para sua política de representação. No documento elaborado em uma das fases as bibliotecas foram mencionadas em conexão com a infraestrutura de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o acesso à informação e conhecimento e em planos de ação.

Nas áreas menos favorecidas, a instalação de pontos públicos de acesso da Tecnologia da Informação e Comunicação (ICT) em lugares como correios, escolas, bibliotecas e arquivos, pode ser significativa para assegurar um acesso universal à infra-estrutura e aos serviços da Sociedade da Informação [...] As instituições públicas, tais como as bibliotecas e arquivos, museus, coleções culturais e outros pontos de acesso da comunidade, devem ser melhorados para que venham a promover a preservação de documentos e também o livre acesso à informação (WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY¹², 2005, p. 5 citado por LUX, 2007, p. 16).

Lux sugere que, a exemplo deste documento, que as associações bibliotecárias nacionais estudem outros documentos e façam uso de sua linguagem para convencer o governo das possibilidades de usar as bibliotecas na realização destes programas.

O segundo analisa a representação em nível local, incluindo as comunidades locais, as universidades e demais instituições de pesquisa. Indica que um excelente caminho para a inclusão das bibliotecas nas discussões é a influência que as mesmas exercem, por exemplo, em uma avaliação positiva para a instituição a qual fazem parte.

O terceiro elemento refere-se ao profissional bibliotecário. Para a autora, a representação requer mudanças de imagem, trabalho e a própria compreensão do bibliotecário, pois “quanto maior for a competência do bibliotecário em sua atuação profissional, melhor pode ser o seu trabalho representativo” (LUX, 2007, p. 24).

O que acontece frequentemente é que os programas são sempre discutidos e planejados sem a biblioteca, mas mais

¹² WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY. Tunis Commitment. Tunísia: WSIS, 2005. Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs2/tunis/off/7.html>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

tarde, ela é solicitada a servi-los. Introduzir as bibliotecas na agenda das instituições de pesquisa e conseguir uma boa parte do orçamento da mesma, é uma tarefa difícil e tem muito a ver com a competência e serviço que a biblioteca pode oferecer e o que os bibliotecários podem prometer à comunidade destas instituições (LUX, 2007, p. 23).

Sendo parte integrante das universidades, as bibliotecas universitárias receberam influências de todas estas transformações. É um dos setores que mais sofrem com isso, pois, na maioria das vezes, ela é vista como custo com infraestrutura e recursos humanos, ao invés de sua importância no apoio ao projeto didático-pedagógico dos cursos.

Ramos (2004, p. 72) ilustra esta situação a partir dos processos de autorização e reconhecimento de cursos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que enquadram as bibliotecas universitárias no item infraestrutura da instituição.

As comissões de especialistas do MEC, no momento da autorização ou reconhecimento dos cursos, avaliam a biblioteca nos quesitos: espaço físico, acervo, pessoal, organização do acervo, automatização. São quesitos importantes, mas a biblioteca não é observada em sua relação com o projeto didático-pedagógico da instituição.

No atual contexto, Job (2006, *on-line*) enfatiza a necessidade de “refletir sobre a informação não apenas em termos de produção de conhecimentos científicos, pois a biblioteca universitária, em sua interação com o usuário, encontra oportunidades de atuar de forma mais ampla ao considerar que a informação deveria ser usada para o exercício da cidadania”. É importante que as bu’s se sensibilizem diante desta situação para não reforçar as diferenças sociais existentes, inclusive em termos informacionais, mas sim capacitar toda a sociedade no acesso e uso da informação.

Cunha (2000, p. 88) traz a seguinte reflexão sobre os desafios impostos pela Sociedade da Informação às bu’s:

...no caso da biblioteca universitária, é necessário examinar as enormes possibilidades do futuro e entender que o desafio mais crítico será remover os obstáculos que a impedem de responder às necessidades de uma clientela em mudança, transformar os processos e estruturas administrativas que caducaram e questionar premissas existentes. Aquela biblioteca que der um passo nesse processo de mudança irá renascer...

Nas tendências atuais de acesso à informação, “às bibliotecas universitárias está reservado o papel de repensar suas atividades e funções, procurando adaptar-se aos novos modelos organizacionais e assim extrair das tecnologias disponíveis o substrato para o

aperfeiçoamento na prestação de serviços e na eficaz utilização de suas informações” (MIGUEL; AMARAL, 2007, *on-line*).

A atuação das bibliotecas universitárias nesta direção poderia ser facilitada pela delimitação de um regime informacional que possa reorientar suas atividades, atores e produtos em um contexto de oferta de informação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos compreender, com esta pesquisa, o cenário das políticas nacionais de informação, através das iniciativas do Estado, para as bibliotecas de instituições federais de ensino superior. O percurso metodológico realizado através da pesquisa bibliográfica revelou facetas importantes acerca de um tema complexo e que tem múltiplas dimensões, conjunturas, atores e objetivos envolvidos.

Reverendo os objetivos definidos nesta pesquisa é plausível supor que o Estado ainda possui uma visão limitada a cerca do papel das bibliotecas universitárias na construção do conhecimento. As justificativas para tal desconhecimento, inúmeras vezes citadas nos documentos consultados, recai nos atrasos históricos marcados pela condição de país dependente. Assim como as universidades chegaram tardiamente, as bu's também responderam tardiamente às necessidades de pesquisa do país.

A ação do Estado, ao longo dos anos, no campo das políticas de informação para bibliotecas universitárias foi embutida em planos ou programas atrelados ao desenvolvimento da C&T. Estes definiam suas metas e objetivos diante de contextos específicos e de acordo com o pragmatismo de cada governo. Dessa forma, representou ações descontínuas, a exemplo do que aconteceu com o PNBU, e não foi suficiente para promover iniciativas de longo prazo para o setor. Conclui-se, assim, que o atual quadro das políticas de informação voltadas para as bibliotecas universitárias é um reflexo de ações isoladas, surgidas através de projetos e programas governamentais apoiadas por profissionais da área.

A tentativa de identificar a existência de políticas de informação no contexto das bibliotecas universitárias brasileiras sugere que os trabalhos relacionados ao tema fazem um diagnóstico da situação atual e resgatam iniciativas que tentaram consolidar uma política de informação para as bu's. Percebe-se que estas iniciativas dependeram de esforços de profissionais da área que, em algum momento, ocuparam cargos estratégicos no governo.

Enquanto elementos vinculados às universidades as bu's ficam diretamente subordinados às gestões dos reitores. Muito embora as bibliotecas façam parte dos sistemas educacionais e de C&T, essa particularidade impede que elas desfrutem de todas as condições sistêmicas que as norteiam. Assim, ficam na maré dos reitorados que, a cada gestão, identificam ou não a sua importância.

Alguns estudos têm se concentrado na relação entre as bibliotecas universitárias e os processos avaliativos instaurados pelo MEC para analisar o oferecimento dos cursos em IFES. A identificação das bu's no item de infraestrutura física demonstra a falta de

entendimento da instituição MEC sobre as atribuições das mesmas. Por outro lado, é um dos raros momentos que se pode garantir às bu's certo investimento.

Os profissionais bibliotecários têm a missão de orientar aos administradores ou políticos responsáveis o papel que as bibliotecas podem ter no apoio aos seus programas. A participação dos bibliotecários nas discussões políticas ainda não é efetiva. Estes têm uma baixa compreensão dos contextos políticos e econômicos com os quais a biblioteca se defronta. Esta falta de interesse repercute na pouca ou ausência de representatividade política e institucional dos bibliotecários na esfera governamental. Assim, faz-se necessário a construção de uma política de informação que oriente as atividades destes profissionais, para que possam ter um papel preponderante na Sociedade da Informação, sendo capazes de ajudar as pessoas a articularem melhor suas necessidades de informação.

A pesquisa acrescenta também, à medida que visualiza as bibliotecas universitárias na perspectiva de um regime de informação. Compreender as bu's enquanto um RI permite analisar os modos de produção informacional com que estas estabelecem relações, ou seja, a produção, distribuição, circulação e consumo de produtos e bens informacionais. As ligações entre o regime de informação e as bibliotecas são diretas, pois, o regime tem nas bibliotecas e sua estrutura informacional um conjunto de direcionamentos (formais e informais) que regem suas atividades, seus limites, atores e produtos. Assim, o regime permite observar o modo de ser da informação na estrutura das bu's contribuindo para que os diferentes atores sociais envolvidos possam interagir na disseminação e geração de conhecimento. Além disso, a delimitação de um regime de informação permite minimizar a estratificação e fragmentação das ações no quadro das políticas de informação voltadas para as bu's, canalizando esforços conjuntos no reconhecimento de suas reais necessidades.

O desenvolvimento da pesquisa relatou que a área de Ciência da Informação tem contemplado o tema políticas de informação de forma crescente, revelando diversas possibilidades de abordagem. No entanto, a ênfase tem sido aplicada a aspectos isolados da discussão sobre políticas de informação para bibliotecas universitárias, considerando as ações do Estado voltadas para este setor.

Os estudos de políticas de informação no contexto de pesquisa da Ciência da Informação normalmente têm abordado a problemática analisando programas governamentais específicos que, em algum momento histórico contemplaram as bu's. Além disso, grande parte dos trabalhos localizados dá ênfase às políticas culturais voltadas para as bibliotecas públicas. Assim, percebe-se uma carência por estudos específicos de como a biblioteca universitária é percebida pelos governantes. Ainda é pouco explorada pela área a

relação destes dois atores, evidenciando também a falta de um organismo que desempenhe o papel de intermediário entre as bibliotecas e o governo.

O trabalho de mestrado em Ciência da Informação intitulado “A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias” apresentada por Edilene M. da Silva (2009) e aqui amplamente explorado é uma das únicas pesquisas que mais se aproxima ao tema. Este trabalho apresenta aspectos de grande relevância, mas por si só não consolida uma temática que pouco se observa nas discussões dos principais eventos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Esse cenário confirma o pressuposto que norteou a pesquisa. As iniciativas que hoje representam as bibliotecas universitárias no planejamento político são forças isoladas. A partir do que foi observado, parece poder-se inferir que as ações hoje desenvolvidas pela esfera governamental ainda são balizadas sob uma perspectiva pontual, ou seja, soluções que visam resolver problemas de um determinado tipo de informação.

O alcance conquistado pelas bu's nas agendas governamentais sofreu oscilações ao longo dos anos. O discurso político sempre foi orientado a ressaltar o significado e importância das bibliotecas universitárias, no entanto pouca coisa foi alcançada através de iniciativas governamentais. O reconhecimento por parte do governo sobre os investimentos necessários às bibliotecas universitárias normalmente dependeu de esforços coletivos dos profissionais da área.

As análises apresentadas na pesquisa são peças fundamentais para entender o quadro atual das políticas nacionais de informação para as bibliotecas universitárias. No entanto, é um trabalho que carece de continuidade, pois aborda discussões paralelas e, ao mesmo tempo, complementares. Desse modo, sugerem-se como estudos futuros: 1) traçar um diagnóstico da representatividade dos profissionais bibliotecários na esfera governamental, através das associações bibliotecárias e órgãos representativos da classe; 2) avaliar como a gestão de cada reitorado nas universidades interfere na administração dos recursos que são repassados às bibliotecas universitárias; 3) explorar o conceito de regime de informação nas pesquisas em Ciência da Informação, uma vez que este pode ser utilizado como ponto de partida para a construção de políticas de informação para o setor.

A elaboração e consolidação de políticas de informação que interfiram positivamente na realidade das bu's dependerá de um empenho da área nos estudos e na construção de metodologias que auxiliem na explicação das causas e consequências de determinadas ações governamentais. Os avanços alcançados nessa área poderão auxiliar na compreensão das relações existentes entre Estado, política e sociedade.

A expectativa é de que esta pesquisa reforce o papel estratégico das bibliotecas universitárias em um contexto em que a educação, a informação e o conhecimento

representam vantagem competitiva e elementos primordiais na construção de uma Sociedade da Informação.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Tecnologias da informação, inovação e desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/55e946a76878a032cad7b873a260.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

ALBUQUERQUE, L. C. de. Ações programadas do CNPq – III PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – 1980/85). **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 201-211, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/revista_brasileira_inovacao/quinta_edicao/Memoria_III%20PBDCT.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2011.

ARAÚJO, E. A.; OLIVEIRA, M. de. A produção do conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29- 43.

AUN, M. P. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os estados nacionais e blocos regionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p.109-110, maio/ago. 1999.

_____. **Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação**. 2001. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT/ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Políticas públicas de informação e desenvolvimento. In: PAIM, Isis (Org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola da Ciência da Informação, 2003. cap. 3, p. 55-90.

AUN, M. P.; ANGELO, E. da S. Observatório da inclusão digital. In: AUN, Marta Pinheiro (Org.). **Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão**. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007. cap. 2, p. 63-105.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. CNPq. **Ação Programada Informação em Ciência e Tecnologia**. Brasília: IBICT, 1984. 69 p.

CARVALHO, A. M. A. de. **Conformação de um regime de informação: a experiência do arranjo produtivo local de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais**. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID-82AHC9/1/conforma__o_de_um_regime_de_informa__o.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2011.

CARVALHO, C. A.; GOULART, S. Contexto de referência em transformação: as bibliotecas universitárias sob o signo da sociedade da informação. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. (Org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: EDUFEPE, 2003. cap. 15, p. 289-305.

CARVALHO, A. M. G. de; SANTOS, P. L. V. A. da C. Sociedade da informação e a aplicação da informação na sociedade contemporânea. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: Comunicação, educação e cultura na era digital, 32., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Intercom/Universidade Positivo, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2483-1.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 3. ed. Lisboa: Fundação Callouste Gulbenkian, 2007 xxxv, 713 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura ; v. 1).

CHASTINET, Y. Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6., 1989, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 1990. p. 38-56.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – CBBU. 2011. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/cbbu/>>. Acesso em: 30 set. 2011.

CUNHA, M. B. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2011.

DIB, S. F.; SILVA, N. C. da. Unidade de negócio em informação - UNINF: o futuro das bibliotecas universitárias na sociedade do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 20-31, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a03.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

FERREIRA, M. M. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 113-122, maio/ago., 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pt/pbcib/index.php/pbcib/article/view/544>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

FUJITA, M. S. L. A biblioteca digital no contexto da gestão de bibliotecas universitárias: análise de aspectos conceituais e evolutivos para a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/MariangelaFujita.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2010.

GARCIA, M. L. A. **Plano nacional de bibliotecas universitárias**: planejamento e permanência. [Brasília: Finep], 1991. 42 f.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. A globalização e os novos espaços da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1/2, p. 8-22, jan./dez. 1997.

_____. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

GUIMARÃES, R. Pesquisa no Brasil: a reforma tardia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 41-47, out./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 nov. 2010.

GUIMARÃES, E. A.; ARAÚJO JR., J. T.; ERBER, F. **A política científica e tecnológica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

JARDIM, J. M.; SILVA; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/743/535>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

JOB, I. A biblioteca universitária brasileira na sociedade global. In: CONGRESSO ONLINE OBSERVATORIO PARA A CIBERSOCIEDADE: Conhecimento Aberto, Sociedade Livre, 3., 2006, Catalunya. **Anais...** Catalunha, ESP: Observatorio para la Cibersociedad, 2006. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?llengua=po&id=678>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 318 p.

LEGEY, L. R.; ALBAGLI, S. Construindo a sociedade da informação no Brasil: uma nova agenda. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, out. 2000. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/out00/Art_02.htm>. Acesso em: 11 abr. 2011.

LEITÃO, B. J. M. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária: grupos de foco**. Niterói: Intertexto, 2005. 148 p.

LEMOS, A. B. Política de informação em ciência e tecnologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 14., 1987, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 1987. Disponível em: < <http://www.briquetdelemos.com.br/artigo03>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

LUBISCO, N. M. L. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC**: o caso da UFBA. 2001. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

LUX, C. Bibliotecas na agenda: uma questão importante para a sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 14-33, jul./dez. 2007. Disponível em:<<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/78/68>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

MACULAN, B. C. M. S. **Manual de normalização**: padronização de documentos acadêmicos do NITEG/UFMG e do PPGCI/UFMG. 2. ed. atual. e rev. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 49p. Apostila. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/normalizacao>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

MIGUEL, N. M. D.; AMARAL, R. R. do. A biblioteca universitária e as novas tecnologias. **Acesso Online**, 2007. Disponível em: <http://www2.uerj.br/a_biblioteca_artigo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 80 p.

NEVES, B. C. Políticas de informação, as tecnologias de informação e comunicação e a participação no âmbito da sociedade da informação: enfoque na inclusão digital do global ao local. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 47-60, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/include/getdoc.php?id=772&article=379&mode=pdf&OJSSID=b22269fa6fd8b3982f1b4e8a98613121>>. Acesso em: 29 jan. 2011.

NUNES, S. M.; SANTOS, L. S. Políticas de informação e aprendizagem organizacional: desafios para a implantação de novas tecnologias em bibliotecas universitárias. **Comunicação & Informação**, v. 10, n. 1, p. 73-81, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11960>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

ODONNE, N.; MEIRELLES, R. O Portal de Periódicos da CAPES e os indicadores de desempenho da informação eletrônica. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, jun. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun06/Art_02.htm>. Acesso em: 30 set. 2011.

OLIVEIRA, J. G. de. **Processo de avaliação do INEP/MEC de bibliotecas universitárias pertencentes às instituições de educação superior privadas de Belo Horizonte/MG**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID-87BKMR/1/disserta__o_vers_o_final.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2011.

RAMOS, J. A. de A. **As inovações tecnológicas e suas implicações sobre o processo de trabalho dos bibliotecários: estudo de caso no Sistema de Bibliotecas da PUC Minas**. 2004. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VALA-692NKW/1/mestrado__jos__alimat_ia_de_aquino_ramos.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

ROCHA, I. Evolução ou colapso da ciência e tecnologia no Brasil? In: FERNANDES, A. M.; SOBRAL, F. A. F. (Org.). **Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume; Dumará, 1994. p. 11-40.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. 94 p.

RODRIGUES, M. E. F.; DUMONT, L. M. M. A lógica da organização e distribuição do conhecimento na universidade: implicações no processo de ensino-aprendizagem, em especial, nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000346/01/A_l%C3%B3gica_da_organiza%C3%A7%C3%A3o_e_distribui%C3%A7%C3%A3o_do_conhecimento_na_universidade.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2011.

SALLES FILHO, S. Política de ciência e tecnologia no III PBDCT (1980/85). **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 407-432, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/revista_brasileira_inovacao/Quarta_edicao/Mem%F3ria_S%E9rgio%20Salles.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2011.

SILVA, A. M. M. **Bibliotecas universitárias federais da Amazônia: desbravando fronteiras, administrando improvisos**. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009. Disponível em: <http://www.tedebr.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=386>. Acesso em: 30 set. 2011.

SILVA, F. M. e. A informação científica e tecnológica brasileira no âmbito da sociedade da informação: uma análise das iniciativas governamentais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 18-30, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/viewFile/306/185>. Acesso em: 21 mar. 2011.

SILVA, J. M. O. da; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. Bibliotecas do Campus I da Universidade Federal da Paraíba: proposta de reestruturação do Sistemoteca. In: DUARTE, E. N.; SILVA, A. K. A. da (Org.). **Gestão de unidades de informação: teoria e prática**. João Pessoa, PB: UFPB, 2007. p. 241-257.

SILVA, E. M. da. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/14433/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CI_EDILENE_MARIA_DA_SILVA.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

SILVA, E. M. da; GARCIA, J. C. R. Política de informação científica e tecnológica no Brasil: contribuição para as bibliotecas universitárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/447/1/GT%205%20Txt%2014-%20GARCIA,Joana%20C.%20R.%3B%20SILVA,%20Edilene%20M.%20da.%20Pol%C3%A4tica%20de...pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

SILVA, T. E. da.; TOMAEL, M. I. Política de informação: tendências internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/436/1/GT%205%20Txt%203-%20TOMA%20C.%20L.%20M.%20I..doc_%20SILVA%20T.%20E.%20da.%20Pol%C3%A4tica%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o...pdf>. Acesso em: 06 jun. 2011.

SILVEIRA, J. G. da. **Bibliotecário acadêmico: papéis atribuídos pelo ritmo descompassado entre o ambiente universitário e suas bibliotecas**. 1991. 172f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

SOUSA, M. M.; FUJINO, A. A biblioteca como ambiente de aprendizagem no ensino superior: desafios e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/537/1/Microsoft%20Word%20-%20GT%206%20Ttxt%201-%20SOUSA,%20Margarida%20M.%20de._%20FUJINO,%20Asa.%20A%20Biblioteca....pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

TAKAHASHI, T (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

UNGER, R. J. G. **Regimes de informação na sociedade da informação**: uma contribuição para a gestão da informação. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1715>. Acesso em: 15 dez. 2010.

VALENTIM, M. L. P. Informação em ciência e tecnologia: políticas, programas e ações governamentais – uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 92-102, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a10v31n3.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

ANEXO - PNB: MACROFUNÇÕES, DIRETRIZES, AÇÕES E RESULTADOS

MACROFUNÇÕES	DIRETRIZES	AÇÕES	TOTAL	PARCIAL	NULA
1 – PLANEJAMENTO					
Organizacional	<p>I – Estabelecer e/ou fortalecer uma estrutura de sistema de biblioteca e documentação em cada universidade ... visando assegurar a eficiência dos serviços de informação para o usuário.</p> <p>II – Estimular a definição de padrões de desempenho da biblioteca universitária, de modo a orientar seu planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação, e garantir a qualidade de suas ações.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituir no MEC um órgão que coordene a formulação de políticas e programas para as bibliotecas universitárias; 2. Estimular a criação e/ou fortalecimento do sistema de bibliotecas e documentação de cada universidade, tendo um órgão central para coordená-lo em nível institucional e representá-lo em nível nacional. 3. Definir dados estatísticos a serem coletados, visando a elaboração de indicadores de estudos comparativos; 4. Operacionalizar sua coleta sistemática; 5. Realizar estudos que não necessitem de coleta rotineira de dados estatísticos para avaliar o desempenho da biblioteca; 6. Estabelecer padrões para o funcionamento da biblioteca. 		X	
Financiero	<p>III – Dotar as bibliotecas universitárias de recursos financeiros necessários à prestação de serviços de informação compatíveis com a demanda da comunidade acadêmica.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 7. Incluir a biblioteca universitária como centro de custos no planejamento orçamentário; 8. Estabelecer percentual no orçamento visando o desenvolvimento da coleção e a prestação dos serviços; 9. Definir critérios para a elaboração de orçamento das bibliotecas universitárias com participação da comunidade; 10. Dar condições para que a biblioteca gerencie as dotações orçamentárias e os recursos financeiros externos; 		X	X

Recursos Humanos	IV – Dotar as instituições de condições para formar e qualificar pessoal para as bibliotecas.	<p>11. Estabelecer tetos orçamentários para materiais bibliográficos estrangeiros;</p> <p>12. Propor cotas de importação, Segundo tetos estabelecidos;</p> <p>13. Criar mecanismos para captação de recursos externos.</p> <p>14. Proporcionar aperfeiçoamento contínuo para pessoal profissional e de apoio;</p> <p>15. Estabelecer padrões para composição de quadro funcional;</p>	<p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p>
		<p>16. Determinar critérios para seleção de pessoal;</p> <p>17. Estudar a reestruturação da carreira;</p> <p>18. Promover estudos visando a criação de cursos de especialização para técnicos de biblioteca universitária;</p> <p>19. Desenvolver programas de estudo visando a otimização de técnicas;</p> <p>20. Estabelecer programas de cooperação técnica voltado para o desenvolvimento do sistema.</p>	<p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p>
Recursos Físicos	V – Dotar as bibliotecas universitárias de estrutura física adequada às condições de conforto e Segurança para as coleções, os usuários e os funcionários.	21. Estabelecer critérios para construção, reestruturação e modernização das bibliotecas universitárias.		X	
2 – FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	VI – Favorecer a formulação de políticas institucionais de formação, desenvolvimento e conservação de coleções	<p>22. Elaborar instrumentos básicos e definir padrões;</p> <p>23. Definir diretrizes e modelos básicos para estruturação dos processos de seleção e aquisição, com a participação dos usuários;</p>	X	X	

	VII – Estimular o estabelecimento do programas de aquisição cooperativa e planejada.	<p>24. Elaborar instrumentos da avaliação do uso de coleções;</p> <p>25. Desenvolver programas de fomento no âmbito do MEC articulando-os com agências de C&T.</p> <p>26. Estabelecer catálogo central do acervo das bibliotecas e centros de documentação visando o estudo e implantação da aquisição planejada;</p> <p>27. Promover atualização e desenvolvimento da lista de periódicos CAPES/FINEP;</p> <p>28. Definir e implantar política de aquisição cooperativa e planejada de periódicos;</p> <p>29. Elaborar bibliografias mínimas por curso;</p> <p>30. Definir política para armazenagem, controle e divulgação de teses e demais documentos gerados pela IES</p>	X	X X X	X
3 – PROCESSAMEN- TO TÉCNICO	VIII – Assegurar a adoção de padrões, normas e metodologias para tratamento dos documentos, visando racionalizar procedimentos e facilitar intercâmbio.	<p>31. Definir padrões, normas e metodologias para catalogação bibliográfica e cabeçalhos de assuntos;</p> <p>32. Estimular as unidades isoladas de ensino a compatibilizar os seus procedimentos técnicos, possibilitando sua integração a programas cooperativos.</p>	X	X	
4 – AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS	IX – Estimular a automação de procedimentos técnicos e administrativos, visando facilitar o atendimento ao usuário.	<p>33. Desenvolver uma rede de intercâmbios de dados bibliográficos e documentários, para viabilizar serviços de catalogação cooperativo, empréstimo, comutação bibliográfica etc;</p> <p>34. Manter centro referencial de informação sobre automação de bibliotecas;</p> <p>35. Estimular o desenvolvimento de <i>softwares</i> integrados para automação de todas as funções da biblioteca;</p>		X X X	

		36. Apoiar a adoção do formato de intercâmbio CALCO.	X		
5 – USUÁRIOS E SERVIÇOS	X – Assegurar o desenvolvimento e divulgação de métodos e técnicas que facilitem o levantamento das necessidades de informação, visando garantir o uso adequado dos acervos, produtos e serviços. XI – Assegurar o planejamento e oferta de serviços de informação, segundo os diversos seguimentos de usuários.	37. Divulgar metodologias de levantamento de necessidades de informação e estudos de usuários; 38. Desenvolver programas de educação de usuários e elaborar materiais instrucionais; 39. Oferecer programas de capacitação em metodologia de pesquisa documentária em colaboração com cursos de graduação e pós-graduação. Intermediação de serviços: 40. Promover treinamento sobre fontes de informação 41. Estabelecer acordos com produtores e intermediários de serviços de informação 42. Divulgar produtos e serviços. Geração de serviços 43. Planejar e oferecer serviços a partir do acervo de documentos primários e secundários 44. Assegurar o acesso a documentação primária através do fortalecimento do programa COMUT			X X X X X X
6 – ATIVIDADES COOPERATIVAS	XII – Estimular a participação das bibliotecas universitárias em atividades cooperativas	45. Integrar cada biblioteca em programas cooperativos 46. Criar veículo comum de divulgação.		X	X

Fonte: GARCIA, M. L. A. **Plano nacional de bibliotecas universitárias**: planejamento e permanência. [Brasília: Finep], 1991. 42 f.